

---N.º 1/2023 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.-----

---Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE SOM, LUZ E PALCOS, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 369.200,00 € (TREZENTOS E SESENTA E NOVE MIL E DUZENTOS EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EDITAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICITAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, QUE SE APENSA, E CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, PARA AQUISIÇÃO DE 9 FOGOS

JÁ EDIFICADOS E 70 FOGOS A EDIFICAR OU EM EDIFICAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 451/1986, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, COM A ÁREA TOTAL DE 2.050,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA AVENIDA DOUTOR NUNO ÁLVARES PEREIRA, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 20, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO 750, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS E DESCRITA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O NÚMERO 90/ESMERIZ. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 33/2022, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, COM A ÁREA DE 424,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA RUA BELO HORIZONTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (SÃO COSME), TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 6, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2526, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 362/1984, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, COM A ÁREA DE 23,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PADRE FONSECA E CASTRO, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 25, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1235, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE CASTELÕES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 12/2005, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA E SEZURES, COM A ÁREA DE 595,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PROFESSORA JUDITE MORAIS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 53, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1844, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º

478/1987, DA FREGUESIA DE LOURO, COM A ÁREA DE 143,00 METROS QUADRADOS, SITA NA AVENIDA SANTA LUCRÉCIA, DA FREGUESIA DE LOURO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 12, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1594, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE LOURO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**NONO PONTO** - APRECIACÃO E DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, DOS DIVERSOS REPRESENTANTES ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DAS DIVERSAS ENTIDADES DE NATUREZA DELIBERATIVA, CONSULTIVA OU DE ACOMPANHAMENTO: -----

- CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - CIM DO AVE, COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO, CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. (GRELHA D) -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Informou que, por motivos político-profissionais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou ao Grupo da Bancada Municipal do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal. -----

Assembleia Municipal



---A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Cármen Rodrigues Araújo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

- ADELINO SILVA COSTA -----
- ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES-----
- ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----
- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----
- ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----
- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----
- ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----
- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----
- ARMINDO FERNANDES GOMES-----
- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
- AVELINO FREITAS SILVA-----
- BEATRIZ SILVA ABREU DE SOUSA-----
- BERNARDINO GOMES MARTINS-----
- BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----
- BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO-----
- CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO-----
- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
- CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE-----
- CARMEM RODRIGUES ARAÚJO-----
- CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
- CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
- DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----

---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA-----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----**TOMOU POSSE**-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---JOANA GOMES FERNANDES-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO-----
---JOAQUIM MARTINHO DA COSTA TEIXEIRA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LAURINDA DA COSTA MACIEL-----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA-----
---LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO-----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----

Assembleia Municipal

---MANUEL LIMA SOARES-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA-----
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----
---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----
---RUI MANUEL MATOS CARVALHO-----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----
---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
---SÓNIA PATRÍCIA CORREIA AZEVEDO-----**RENÚNCIOU AO MANDATO**-----
---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA-----
---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA-----
---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----
---Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Informou que a Mesa da Assembleia Municipal teve conhecimento, nesse mesmo dia, da renúncia da Senhora Deputada Sónia Patrícia Correia Azevedo, do Partido Socialista. Estando presente na Assembleia a Deputada suplente, e nos termos do nº. 10 do Regimento da Assembleia Municipal, deram posse à Deputada Fátima Sandra Silva Martins Araújo, fazendo parte dessa mesma sessão. -----

---Deu início à sessão. Informou que a Assembleia tinha para aprovar a ata ordinária do dia trinta de setembro de 2022.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A ATA ORDINÁRIA DO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Passemos ao período de Antes da Ordem do Dia, sendo que deram entrada na Mesa oito propostas: -----

---uma proposta do CHEGA, relativamente à criação de uma Comissão de Avaliação dos Problemas de Segurança no Município; -----

---um Voto de Louvor do Senhor Presidente de Junta de Ruivães e Novais; -----

---um Voto de Solidariedade do PSD, relativamente ao Povo da Ucrânia; -----

---um Voto de Pesar do PSD, relativamente ao falecimento de Jorge Carvalho; -----

---um Voto de Congratulação do PSD, relativamente à manutenção da Maternidade do Centro Hospitalar de Médio Ave;-----

---um Voto de Pesar do PS, pela morte de um autarca, Justino Pinto; -----

---um Voto de Saudação da CDU, relativamente à luta dos trabalhadores da Schnellecke;

---um Voto de Saudação da CDU, relativamente ao Dia Internacional da Mulher. -----

---E pela respetiva ordem, eu passo a palavra ao Deputado do Chega para apresentar a respetiva proposta. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO.-----

---Se me permite, Senhor Presidente, antes de apresentar a minha proposta de criação de uma Comissão de Avaliação dos Problemas de Segurança no Município, gostaria de fazer uma pequena introdução em jeito de homenagem. -----

---Só para dizer que, José António Saldanha de Abreu Ferreira, de 32 anos, foi selvaticamente assassinado no dia 14 de fevereiro, numa rua da nossa cidade, com uma facada no abdómen quando tentava apaziguar um conflito num estabelecimento comercial de que era responsável.-----

---O outro colaborador, João Araújo, foi igualmente esfaqueado e aguarda, felizmente, recuperação no nosso Hospital. Poderia ter sido meu filho, poderia ter sido o filho de qualquer um de vós. Foi o filho único de um pai e de uma mãe cujas vidas desmoronaram.

---Posto isto, o Grupo Municipal do Chega tem acompanhado com enorme inquietação o crescimento de situações de criminalidade no nosso município, predominando o tráfico de droga, furto de automóveis, assalto a estabelecimentos comerciais, escritórios e residências.-----

---Acresce ainda o facto, de ser cada vez mais frequente a existência de atos de vandalismo sobre o património público, criminalidade grupal e violência generalizada.

---Com base nesta sombria realidade, urge tomar ações/medidas de forma a mitigar esta e outras questões conexas.-----

---O Conselho Municipal de Segurança, entidade responsável pelos assuntos de segurança municipal, nas suas mais variadas vertentes, como estrutura consultiva de âmbito municipal, que visa promover a articulação, o intercâmbio de informações e a cooperação entre entidades que, na área territorial do Município, têm intervenção ou estão envolvidas na promoção da segurança e tranquilidade das populações.-----

---As autarquias, enquanto entidades de reforço da segurança coletiva são fundamentais para a implementação de um conjunto de medidas de proteção, fiscalização e patrulhamento do espaço público em prol do bem-estar das populações.-----

---No entanto, tem sido notória a falta de eficácia e de comunicação do Conselho Municipal de Segurança face às novas circunstâncias.-----

---Exige-se respostas adaptadas às especificidades territoriais locais que passam pela valorização dos Programas de Policiamento de proximidade - como os projetos Escola Segura ou Idosos em Segurança- e de visibilidade, nomeadamente em zonas de diversão noturna e em locais assinalados de consumo e tráfico de droga. -----

---Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Chega propõe a criação de uma Comissão de análise e avaliação dos problemas de segurança do município. -----

---A Comissão constituída por membros de todas as forças partidárias representadas na Assembleia Municipal, terá como escopo, um levantamento exaustivo de todos os problemas relacionados com a segurança, comprometendo-se a apresentar um relatório final com medidas concretas que atenuem esta nova realidade. -----

---A Assembleia Municipal, órgão deliberativo e fiscalizador da estrutura local, tem, por força da sua natureza e competência, de estar ao corrente e propor medidas relativamente a matérias de relevância para o município. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA RUIVÃES E NOVAIS (DUARTE VEIGA) - VOTO DE LOUVOR AO FUNCIONÁRIO DO CROA, PAULO MIGUEL FERREIRA LOPES

---Duarte Veiga, Presidente da Junta de Freguesia de Ruivães e Novais, apresenta as seguintes considerações: -----

---Sabendo que a atividade profissional que a cada profissional cabe, pressupõe-se que esse trabalho seja realizado com zelo e dedicação;-----

---Sabendo que existem profissionais que se destacam pela proatividade e pela sua forma de encarar, de forma audaz a sua profissão;-----

---Sabendo que existem profissionais que, mais que ser profissional competente para as funções que lhe estão adstritas, agarram a profissão como uma missão de vida;-----

---Proponho, hoje, dia 24 de fevereiro de dois mil e vinte e três, na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, este voto de louvor em reconhecimento do espírito de missão, sacrifício, altruísmo, demonstrado pelo trabalho realizado em prol dos animais e, ao

mesmo tempo agradecer e evidenciar as qualidades morais e pessoais deste homem que, com determinação, empenho e coragem, muitas das vezes para além dos limites físicos e psicológicos, ao colaborador municipal Senhor Paulo Miguel Ferreira Lopes, pela sua disponibilidade para com o CROA - Centro de Recolha Oficial de Animais de Famalicão.

---Solicito que seja dado conhecimento ao Senhor Paulo Lopes o resultado deste Voto de Louvor e Reconhecimento aqui proposto.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - VOTO DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DA UCRÂNIA -----

---Assinala-se hoje um ano da invasão das forças militares russas na Ucrânia. Um ano depois, sabemos que 18 milhões de pessoas fugiram das suas casas, que mais de 17 milhões de pessoas precisam de ajuda humanitária, que 9,3 milhões de pessoas carecem de ajuda alimentar e de alojamento, que fatalmente tombaram mais de 13 000 militares ucranianos, que morreram mais de 18 mil civis, que mais de 5 milhões de crianças deixaram de frequentar a escola, que pelo menos 6000 mil crianças foram raptadas e levadas para áreas de controlo russo para reeducação patriótica e militar. Há relatos de crimes hediondos, execuções, violações e torturas perpetrados no âmbito da estratégia russa.-----

---O fim da guerra, esse não se vislumbra. Sobra o medo, a fome, a perda, a separação, a morte e a saudade. Sim, foi no país de origem dessa palavra única no mundo, que muitos encontraram alguma paz e esperança.-----

---Atualmente vivem em Vila Nova de Famalicão, mais de 242 cidadãos ucranianos, muitos deles chegados por causa da guerra. -----

---Aqui foram acolhidos e todos os dias a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as mais variadas organizações e empresas, procuram ajudar e integrar. -----

---Somos um local de acolhimento, mas, também, de solidariedade. Vila Nova de Famalicão está ao lado do povo ucraniano e condena, sem hesitações, a agressão de Putin à Ucrânia.-----

---Pelo exposto, a Assembleia Municipal aprova um voto de solidariedade para com o povo ucraniano, enaltecendo a coragem e a bravura, quer dos que têm lutado para defender o seu país, quer daqueles que à procura de segurança e melhores condições para as suas famílias, escolheram Portugal e Vila Nova de Famalicão para prosseguirem os seus sonhos. -----

---PEDRO SANTOS (PSD) - VOTO DE PESAR-FALECIMENTO DE JORGE CARVALHO -----

---Faleceu, nesta quinta-feira, Jorge Carvalho. Natural da freguesia do Louro, Armando Jorge Pinheiro Rodrigues de Carvalho, nasceu a 25 de outubro de 1940. Cidadão atento, participativo e interventivo na vida da comunidade, destacou-se enquanto político autárquico. Foi presidente da Junta de Freguesia do Louro - o primeiro Presidente da Junta após o 25 de Abril de 1974, - tendo sido reeleito nas eleições de 1979 e 1982. -----

---A nível municipal, foi pela primeira vez Vereador da Câmara Municipal de novembro de 2000 a abril de 2001, em regime de substituição, reeleito nas eleições autárquicas de 2001 e 2005. Freguesias e obras foram os pelouros que tutelou na sua passagem pelo executivo municipal, que o agraciou, em 2021, com a Medalha de Mérito Municipal Autárquico.-----

---Militante do Partido Social Democrata, exerceu cargos dirigentes de âmbito concelhio e distrital. Também se destacou a nível associativo. Foi fundador da Creche e Jardim Infantil D. Elzira Cupertino de Miranda, tendo sido Presidente da Direção de 1987 a 2003 e de 2009 a 2018. Foi igualmente fundador do Grupo Desportivo do Louro, tendo integrado os seus órgãos sociais. -----

---Jorge Carvalho foi um homem de causas, um homem bom.-----

---Pelo exposto a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão delibera aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Jorge Carvalho e apresenta sentidas condolências à sua família, aos seus amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência. -----

---PAULA AZEVEDO (PSD) - VOTO DE CONGRATULAÇÃO-MANUTENÇÃO DA MATERNIDADE DO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE -----

---A decisão do Senhor Ministro da Saúde de não encerrar a Maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave, que serve os municípios de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, eventualidade adiantada no documento elaborado pela Comissão para Reforma das Maternidades, deve ser muito positivamente assinalada. -----

---Trata-se de uma decisão acertada que sempre pugnamos, trata-se de uma decisão justa para com os famalicenses, demais utentes e operacionais deste serviço, que sempre reclamamos. -----

---Esta foi uma luta que envolveu e mobilizou a sociedade civil, os sindicatos, os profissionais do CHMA, o seu Conselho de Administração, os autarcas, desde logo dos seus três Presidentes de Câmara Municipal, que se uniram concertadamente na defesa pela manutenção da maternidade e de todos os Partidos Políticos que, divergindo nos instrumentos, nos modelos e momentos de ação, convergiram no objetivo final.-----

---Estamos todos convocados para continuarmos a reivindicar da administração central a materialização dos investimentos necessários para que o encerramento da maternidade do CHMA não volte a ser equacionado, mas agora é o momento de assinalar o contentamento dos famalicenses com a decisão do não encerramento deste seu serviço, circunstância que fundamenta e justifica a apresentação do presente Voto de Congratulação. -----

---SANDRA ARAÚJO (PS) - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JUSTINO PINTO -----

---No passado mês de janeiro faleceu Justino Pinto.-----

---Justino Pinto, foi um homem lutador, tendo como autarca desenvolvido trabalho, tanto na Assembleia Municipal, como na Junta de Freguesia de Castelões, freguesia onde desempenhou vários cargos, como são exemplos os cargos de Tesoureiro e de Presidente da Assembleia de Freguesia.-----

---Homem convicto das suas ideias, sempre procurou estar disponível para colaborar com a sua comunidade, trabalhando em prol da mesma.-----

---Notabilizou-se não só como ativista partidário, mas também se salientou como sendo um dos primeiros trabalhadores a assumir funções de representação laboral e sindical, na empresa onde trabalhava.-----

---Pelo exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere:-----

---1 - Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Justino Pinto, guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

---2 - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU) - SAUDAÇÃO À LUTA DOS TRABALHADORES DA SCHNELLECKE**-----

--- Recordando o mês de agosto de 2022, a Schnellecke Logistics, empresa multinacional da área do transporte de mercadorias, que opera nas instalações e para a Continental Mabor, em Lousado, deu início a um despedimento coletivo de 12 trabalhadores.-----

---Desde então, estes trabalhadores, junto do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte (SITE Norte/CGTP-IN), persistiram e reivindicaram a reintegração nos seus postos de trabalho.-----

---Também nesta Assembleia Municipal, ao dia 30 de setembro de 2022, foi aprovado, com o voto a favor da CDU e a abstenção dos restantes grupos municipais, um voto de solidariedade com a luta dos trabalhadores despedidos naquela altura.-----

---Decorridos quatro meses de luta, no passado dia 2 de janeiro, não só sete trabalhadores viram a sua justa reivindicação cumprida, como garantiram ainda melhores condições dos seus postos de trabalho e no futuro das suas carreiras profissionais. Sendo que os restantes cinco ainda procuram uma justa negociação com a empresa. -----

---Desta forma, a CDU saúda estes 12 trabalhadores e o seu Sindicato que demonstraram que é pela ação e luta organizada que se prossegue em importantes conquistas, para a reposição de direitos defraudados e para avanços, ainda que limitados, em muitas áreas centrais para a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias. -----

---Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 24 de fevereiro, delibere: -----

---1 - Saudar a luta incansável dos trabalhadores da empresa Schnellecke, que se refletiu no alcance do direito à manutenção dos seus empregos, para além de outros direitos importantes; -----

---2 - Saudar o apoio competente prestado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte (SITE Norte/CGTP-IN); -----

---3 - Enviar a presente deliberação ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Norte (SITE Norte/CGTP-IN).

---TÂNIA SILVA (CDU) - SAUDAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

---Assinala-se no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, um dia de homenagem a todas as mulheres que não desistem de lutar por um país mais justo e uma vida melhor para elas e para todos. E hoje, mais do que nunca, confirma-se a urgência e a necessidade da luta organizada das mulheres para exercerem na sua plenitude as importantes conquistas e direitos a que abril abriu portas. -----

---O nosso concelho é uma terra de história e tradição, onde a entrada das mulheres no mercado de trabalho não fez com que se libertassem do peso e acumulação de tarefas. Ser

mulher em Vila Nova de Famalicão é ser trabalhadora, mãe, é continuar a cuidar da casa, do campo, dos animais, mas é também exigir, com a luta de todos os dias, a transformação da condição social das mulheres pela sua emancipação. -----

---É por isso, que o dia 8 de março de 2023 será mais uma forte jornada de luta em defesa dos direitos das mulheres. Um dia de homenagem a todas as que combatem discriminações salariais diretas e indiretas, e as que resistem à repressão, intimidação e assédio no local de trabalho. A todas as que denunciam a falta de condições de trabalho, os ataques ao direito à greve, à atividade sindical e aos direitos de maternidade e paternidade. A todas as que reivindicam para si o tempo para o trabalho, para a família e para a participação social e política. A todas as que participam empenhadamente no mundo do trabalho, na área da cultura, no desporto, na educação, na saúde, na ciência e na investigação, e continuam a deparar-se com os obstáculos de sempre, que impedem a igualdade no trabalho e na vida. A todas as que esticam pensões e salários para ajudar a família. A todas aquelas que são obrigadas a abandonar o trabalho para acompanhar os filhos e idosos com necessidades específicas. A todas as que diariamente combatem contra todas as formas de violência, seja em casa, no trabalho, na internet ou na rua. A todas as que lutam por creches gratuitas, por educação pública e de qualidade, por habitação condigna, pela baixa e controlo dos preços de bens e serviços essenciais e compatíveis com o seu salário. A todas as que lutam pelo acesso a cuidados de saúde, pelo direito a ter filhos em segurança, nas maternidades do Serviço Nacional de Saúde. -

---Para todas elas, importa assinalar um dia para homenagear a longa, corajosa e heroica luta de gerações e gerações de mulheres deste país e do mundo e renovar o compromisso de concretizar na vida de todos os dias a igualdade que existe na lei. -----

---Hoje, como sempre, importa dar força às mulheres e aos homens que não desistem de lutar pela sua dignidade, porque a luta emancipadora das mulheres é inseparável da luta por uma sociedade mais justa e avançada. -----

Assembleia Municipal

---E por isso, a CDU saúda todas as mulheres e organizações que na jornada do Dia Internacional da Mulher sairão à rua para defender e exercer os seus direitos, representando todas as mulheres e homens que estudam, trabalham e vivem nas diversas regiões do País.-----

---Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 24 de fevereiro, delibere: -----

---1 - Saudar todas as mulheres, trabalhadoras da autarquia, as eleitas nos diversos órgãos autárquicos, delegadas e dirigentes sindicais e de coletividades, dirigentes de organizações, que vivem, estudam e trabalham em Vila Nova de Famalicão e que assim contribuem para o desenvolvimento e afirmação do concelho. -----

---2 - Saudar as organizações representativas de mulheres, com particular destaque para o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) pela realização da Manifestação Nacional de Mulheres a 4 de março no Porto e a 11 de março em Lisboa, sob o lema “Mil Razões para Lutar: os direitos das mulheres têm de contar”! -----

---3 - Remeter esta saudação ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Da parte do Grupo Municipal do Chega, naturalmente que votaremos a favor do Voto De Louvor. -----

---O Voto de Solidariedade para com o Povo da Ucrânia, naturalmente que terá também o nosso apoio. -----

---O Voto de Pesar do falecimento de Jorge Carvalho, naturalmente que terá também o nosso apoio.-----

---Quanto ao Voto de Congratulação da Maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave, parece-me que é um bocado precoce falar nisto, porquanto o CEO do Ministério da Saúde, Fernando Araújo, disse que era até março. Portanto, isto é um processo dinâmico e ainda não sabemos o que é que irá acontecer depois de março, de forma que tenha algumas

dúvidas relativamente a este ponto. De qualquer das maneiras, se até março ainda tivermos Hospital, enfim, votarei a favor. -----

---Relativamente ao Voto de Pesar de Justino Pinto, sim Senhora, votaremos a favor. ---

---A salvação à luta dos trabalhadores, vamos abster por uma razão muito simples. Não temos conhecimento de pormenores relativamente a este assunto. -----

---E a saudação do dia Internacional da Mulher, naturalmente que votaremos a favor. ---

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Relativamente aos votos, venho aqui expressar o sentido de voto do CDS no que diz respeito ao Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Presidente, Duarte Veiga, relativamente ao colaborador municipal, Senhor Paulo Lopes, votaremos a favor, conhecendo o zelo e a dedicação a funcionar, naturalmente.-----

---No que diz respeito ao Voto de Solidariedade com o Povo da Ucrânia, só um completo devaneio nos faria não votar a favor. Portanto, é lógico que o faremos. -----

---No Voto de Pesar relativamente ao ex-Vereador Jorge Carvalho, associamo-nos à dor da família e dirigindo as condolências à mesma. Vamos votar a favor.-----

---No que diz respeito ao Voto de Congratulação na Manutenção da Maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave, pese embora aqui as reservas do Senhor Deputado do Chega, votaremos a favor também.-----

---No que diz respeito ao Voto de Pesar do Partido Socialista pelo Senhor Justino Pinto, transmitindo as mais sentidas condolências à família e ao Partido Socialista, votaremos a favor. -----

---Relativamente aos votos da CDU, no que diz respeito à Saudação na Luta dos Trabalhadores da Schnellecke, e na sequência da nossa posição no dia 30 de setembro, iremos abster-nos. -----

---E no que diz respeito à Saudação Internacional da Mulher, votaremos a favor. -----

---Para o fim, deixei o voto do Chega de Proposta de Criação de uma Comissão de Avaliação dos Problemas de Segurança no Município para dizer o seguinte: -----

---O Senhor Deputado do Chega veio aqui fazer a apresentação do voto e leu alguns considerandos que não faziam parte do voto. E, portanto, aquilo que o CDS fará é votar o documento e não a intervenção do Senhor Deputado. E no que diz respeito ao documento, para o CDS, segurança a mais nunca foi um problema, antes pelo contrário. E, portanto, estamos naturalmente abertos a votar favoravelmente. No entanto, há um considerando no voto que nos deixa algumas reservas que diz respeito e passo a citar: “(...) à falta de eficácia e de comunicação do Conselho Municipal de Segurança face às novas circunstâncias.”-----

---Senhor Deputado, devo relembrar o Senhor Deputado que, aquando das agressões no Hospital a um funcionário, e aliás tivemos a oportunidade de fazer parte da mesma Comissão e chegamos a falar nisto, o Conselho Municipal de Segurança foi pronto a reunir e em procurar obter respostas junto da sociedade civil, junto das instituições e, portanto, parece-me que dentro daquilo que são as competências do Conselho Municipal de Segurança, tudo foi feito para que as coisas pudessem correr melhor do que o que tem corrido. -----

---E, portanto, da parte do CDS a posição que temos é que se V. Exa. concordar em retirar este considerando, o CDS não terá problema em votar favoravelmente este voto. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - O Partido Socialista votará favoravelmente todos os votos aqui apresentados, à exceção do voto apresentado pela CDU quanto à Saudação à Luta dos Trabalhadores da Schnellecke que votará abstenção por desconhecimento do caso concreto e da questão que foi aqui trazida. Não obstante, todo o mérito e a defesa dos valores desta classe trabalhadora e destes trabalhadores em causa, mas por desconhecimento de tudo aquilo que está a implicar, iremos abster-nos. -----

---Não obstante, as nossas posições de voto, cumpre-nos aqui salientar, relativamente ao Voto da Manutenção da Maternidade do Centro Hospitalar do Médio Ave, apresentado pelo PSD, que votaremos favoravelmente, não podemos de deixar frisar que este voto

espelha, precisamente, aquilo que foi a posição do Partido Socialista *ab initio* quanto a esta questão. E, não obstante, a postura que algumas forças políticas do nosso concelho foram assumindo relativamente a esta questão, hoje com este voto acabam por dar razão ao Partido Socialista e merece, de certa forma, até a apresentação de um voto de pesar ou até de censura pelo alarmismo e pelo pânico social que causaram de forma injustificada.

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Só responder ao repto lançado pelo Senhor Deputado João Nascimento, relativamente ao parágrafo em questão e que dizia: “(...) No entanto, tem sido notória a falta de eficácia e de comunicação do Conselho Municipal de Segurança face às novas circunstâncias.”, retiro este parágrafo para apreciação dos Grupos Municipais. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Os Senhores Deputados do Partido Socialista queriam um voto de pesar, vá lá, podia ter sido um voto à pretensão de um perdão, nós já assistimos a vários por parte do Partido Socialista ao longo deste mandato e hoje poderia ser também um dia... um desses dias. -----

---Senhor Deputado, manifestar preocupação por um acontecimento ou por algo que pode acontecer não é alarmismo, exatamente sentido de responsabilidade. Foi aquilo que faltou ao Partido Socialista.-----

---O Partido Socialista ignorou a existência de um relatório da qual constava eventualidade do encerramento de seis Maternidades no país. Uma delas é o Centro Hospitalar Médio Ave. -----

---O Partido Socialista inviabilizou o acesso a esse Relatório, no âmbito da Comissão Parlamentar de Saúde. -----

---O Partido Socialista instigou o Senhor Presidente da Câmara Municipal a montar a tenda em Lisboa para reclamar a não manutenção deste Centro Hospitalar. E diz que nós somos alarmistas? Não, Senhor Deputado, os factos são os mesmos. O que o Senhor conhece, são aquilo que nós conhecemos, e todos eles demandavam, de facto, essa nossa

preocupação. E os Senhores votaram contra uma moção - não era um voto de protesto- que pedia exatamente apenas e tão só que o governo fosse justo para com os famalicenses. E diz que nós agora é que somos alarmistas. -----

---Quanto ao voto do Chega, manifestar o nosso pesar para com a família e amigos do falecido jovem empresário, José Ferreira. Manifestar a preocupação pelas questões de segurança, que são sempre importantes, tem que estar no centro também das nossas preocupações. Ainda bem que retirou a expressão que era injusta e a acusação que era feita a propósito do Conselho Municipal de Segurança e dizer, no entanto, que a proposta continua a ter um erro. É que nos termos do Regimento, artigo 27º nº 2 e 27 nº 7, é preciso fazer duas coisas:-----

---Em primeiro lugar, as Comissões Eventuais não propõem medidas concretas, as Comissões Eventuais fazem o relatório, o qual tem conclusões podendo-se admitir que faça sugestões. O que é completamente diferente do que está aí proposto. E, já agora, para cumprir o Regimento, falta também dizer duas coisas: -----

---Qual é o prazo de duração desta Comissão? E qual é a sua composição, ou seja, qual é o limite de elementos que a vão integrar? Aliás, como resulta do artigo 27º nº 2 do Regimento.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente à proposta apresentada aqui pelo Partido do Chega, da parte da CDU naturalmente toda a solidariedade para com os familiares e amigos do falecido, José Ferreira, mas iremos votar contra a constituição desta Comissão de Avaliação, precisamente também pelas razões que... aquando da discussão do relatório da Comissão Eventual de Crimes cometidos contra os Profissionais do Estado, já na altura alertávamos para a precipitada e até responsável imagem que alguns responsáveis políticos locais têm transmitido aos famalicenses, acerca da possível insegurança na nossa cidade. Exemplo disso, até foi a própria necessidade da Câmara Municipal, da parte da Câmara Municipal, ao justificar e esclarecer que não eram conhecedores de supostas

ameaças e alertas de episódios premeditados para a noite de Carnaval de Famalicão. E que é exatamente essa irresponsabilidade que se transmite à população, mesmo que até justificada com algum populismo, mas expressa, naturalmente, um sentimento de enorme insegurança. -----

---E, aliás, expressa ainda... não existe qualquer reflexão até das consequências diretas do alarmismo e possivelmente até dos pesados prejuízos que possa acatar no comércio e até nos organizadores dos eventos. E a verdade, é que a noite de Carnaval ocorreu sem qualquer episódio de violência, pelo menos registado. -----

---Voltamos a afirmar no que toca a este tema, a intervenção deve atuar na segurança e tranquilidade da população, aspetos que passam obviamente por uma forte aposta no reforço, na prevenção e no policiamento de proximidade, e são esses os aspetos que merecem o debate político e aplicação de soluções. Que não nos substituamos às Forças de Segurança e aos Tribunais. Cada um de nós tem a sua responsabilidade, e não nos parece que a criação de uma Comissão sobre este assunto seja verdadeiramente justificada e bem-intencionada. Aliás, proposta serve apenas para única e exclusivamente omitir o verdadeiro problema que se reporta à falta de meios humanos e materiais. -----

---Relativamente ao Voto de Solidariedade com o Povo da Ucrânia, nós vamo-nos abster, precisamente porque o voto tem aqui um conjunto de considerações e conclusões sobre a situação internacional que extravasam as competências desta Assembleia. Avança com um conjunto de números, mas ignora que o drama ucraniano começou em 2014 e não apenas há um ano. Desde 2014 há milhares de mortos e milhões de refugiados.-----

---Da nossa parte, toda a solidariedade com as vítimas inocentes da guerra, desta e de outras. Os pobres são naturalmente sempre quem paga as guerras dos poderosos, e esta não é exceção. -----

---Efetivamente o que é necessário é o caminho da paz e não o incentivo à guerra. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Vejo que continua a varrer os problemas para debaixo do tapete.-----

---Até quando? Até quando vamos permitir que estes criminosos ostentando desprezo pela vida humana, partirem o nosso espaço com total impunidade? Até quando? -----

---Até quando continuaremos a ouvir proclamações cheias de boa vontade e ações do nada que ignoram evidência desta realidade? -----

---Até quando nos vamos refugiar no politicamente correto no conceito de inclusão para quem não se quer incluir e nas políticas de varrer para debaixo do tapete? -----

---Até quando vamos viver no medo quando nos é negado o direito à defesa?-----

---Quantos mais jovens terão que sucumbir por que não admitem este estatuto desta gente malévola? -----

---Quantos mais idosos vão ser esbulhados?-----

---E quantas mais crianças vão ser vilipendiadas na infância, da sua infância? -----

---Quanto mais dinheiro público vai ser desperdiçado na recuperação de grupos que nada querem com a sociedade civilizada, que com esforço temos erguido?-----

---Até quando, caros famalicenses? -----

---Até quando estaremos sujeitos ao agrilhoamento destes novos conceitos em que o bem e o correto está mal e que o mal está bem? Até quando? -----

---Relativamente à Maternidade, eu gostaria de dizer o seguinte: -----

---A Maternidade esteve sempre cá, no concelho, e fez parte do nosso património público. Quem inventou a possibilidade de encerrar a Maternidade foi o PS e o Ministro da Saúde, através do seu CEO, à conta de um malfadado relatório que apontava o encerramento da Maternidade de Famalicão porque não cumpria determinados requisitos. Todos nós nos lembramos disso.-----

---A nós, CHEGA, como força política empenhada em defender os interesses do nosso município, e até no exercício da nossa cidadania restava-nos, mediante as notícias

surgidas proagir. E foi o que fizemos, proagimos nas vigílias e nos comunicados enviados pela comunicação social. Mais nada! Defendemos os interesses da nossa terra. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Apenas para deixar claro, depois da intervenção do Senhor Deputado do Chega, que aquilo que o CDS votará a favor, como tinha dito, é o voto que recebeu e não as intervenções do Senhor Deputado do Chega. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Antes de continuarem a discussão, apesar que o Senhor Deputado do Chega não ter tempo, mas a Mesa dar-lhe-á tempo para esse efeito, ou seja, efetivamente falta na sua proposta o compromisso do número dois, quanto ao objeto específico. O que eu pergunto é se está disposto a corrigir ou se pretende apresentar numa próxima sessão? -----

---Senhor Deputado, eu peço para que fique gravado que se... eu peço então para apresentar as condições que vota. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Presidente, a proposta é do Chega, o PSD sugere que se fixe o limite de elementos novos, que é o número máximo previsto no artigo 27º número 7, e que o prazo para a apresentação das conclusões seja de noventa dias, prazo de conclusões de noventa dias, eventualmente prorrogável nos termos do Regimento. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Senhor Deputado, o tempo é só para especificar isto, está bem?

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - É só para agradecer a colaboração do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira. E, de facto, fica assim como está. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - É nesse sentido que se irá votar. Está bem? -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Estamos a ver aqui a inauguração, se calhar de uma futura coligação... uma nova aqui... uma mudança do panorama político. Vamos lá ver, mas não somos nós, Partido Socialista, que deveremos estar preocupados. -----

---Também relativamente a esta questão do Voto da Maternidade, o Senhor Deputado do Chega diz que inaugurou aqui algo novo, é que disse que iria votar em abril. Não sei se quer votar um voto congelado ou um voto deferido. Mas o voto tem que ser votado hoje, Senhor Deputado. Não sei se percebeu? Mesmo, depois pode apresentar outro em abril. Não há problema, mas de certeza este tem que votar. Disse no final de março, portanto, deve ser no final de abril. -----

---Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, o Partido Socialista defendeu da última vez, é que Vs. Exas. tinham apresentado um voto baseado em factos políticos sobre um relatório que não era vinculativo nem definitivo. E o Partido Socialista acusou os Partidos da maioria de um alarmismo infundado. Foi nessa questão. Consideramos hoje com bastante saudação, que Vs. Exas. reconhecem aquilo que todos nós defendemos nesta Assembleia, e penso que no município, que é a defesa da Maternidade. E na altura, o que entendemos e continuamos a entender, é que houve um alarmismo infundado que esperemos que se mantenha esta situação da Maternidade. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Vamos votar!-----

---Senhor Deputado, relativamente à primeira proposta do Chega, com a retirada da falta de eficácia do Conselho Municipal de Segurança, a composição será por nove elementos, e o prazo será de noventa dias.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CHEGA, NA CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A**

***FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES
PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM O VOTO CONTRA DA CDU.***

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS
ÂNGELO OLIVEIRA)** - A Mesa irá proceder em conformidade para a criação desta
Comissão. -----

---Segundo, Voto de Louvor do Senhor Presidente de Junta, Duarte Veiga. -----

**---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR DO SENHOR PRESIDENTE DE
JUNTA, DUARTE VEIGA, AO COLABORADOR MUNICIPAL, PAULO MIGUEL
FERREIRA LOPES, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS
ÂNGELO OLIVEIRA)** - Relativamente ao Voto apresentado pelo PSD de Solidariedade
com o Povo da Ucrânia. -----

**---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DO PSD DE SOLIDARIEDADE COM O POVO
DA UCRÂNIA, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A
FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES
PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DA CDU.**-

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS
ÂNGELO OLIVEIRA)** - Voto de Pesar apresentado pelo PSD pelo falecimento do Jorge
Carvalho. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PSD, PELO FALECIMENTO DE JORGE CARVALHO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCICIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Relativamente ao Voto de Congratulação pela manutenção da Maternidade.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO PSD, SOBRE A MANUTENÇÃO DA MATERNIDADE DO CENTRO HOSPITALAR DO MÉDIO AVE, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCICIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Voto de Pesar apresentado pelo Partido Socialista. -----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR DO PS, PELO FALECIMENTO DE JUSTINO PINTO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCICIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Relativamente ao Voto da CDU, quanto à luta dos trabalhadores.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO DA CDU, RELATIVAMENTE À LUTA DOS TRABALHADORES DA SCHNELLECKE, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM O VOTO A FAVOR DA CDU E ABSTENÇÃO DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCICIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Relativamente ao Voto de Saudação ao Dia Internacional da Mulher.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO DA CDU, RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCICIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Faremos então todos um minuto de silêncio em memória de Jorge Carvalho e Justino Pinto. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Só três ou quatro notas, relativamente àquilo que me parece pertinente fazer referência no dia de hoje. -----

---Desde logo, a sinalização do primeiro ano da invasão da Ucrânia, em que a Câmara Municipal hasteou a bandeira da Ucrânia nos Paços do Concelho por forma a que fosse assinalado este dia e que fosse lembrado também tudo aquilo que foi desenvolvido naqueles primeiros tempos. -----

---Faz hoje um ano e dias seguintes em que houve uma onda enorme de solidariedade em Famalicão, para que o povo Ucrâniano fosse de imediato ajudado. E lembro também que Famalicão foi dos primeiros municípios a atuar rapidamente por forma a que essa ajuda chegasse à Ucrânia. -----

---Também não podia deixar, obviamente, de falar da questão da Maternidade. Tivemos um início do ano com esta notícia, esta boa notícia que a nossa Maternidade continuaria aberta. Obviamente para que tal sucedesse, houve um trabalho esforçado de muita gente, desde logo, de eu próprio e os meus colegas de Santo Tirso e da trofa, que nos reunimos mais que uma vez. E por força disso, também, obviamente uma reunião com o Senhor Ministro da saúde por forma a que esta manutenção da Maternidade fosse uma realidade e não houvesse nenhuma dúvida quanto a isso durante este percurso. -----

---Obviamente que tenho que salientar nomeadamente o Presidente da Administração, Dr. António Barbosa, também pelo trabalho, sempre pronto, sempre disponível, que colocou neste processo. Também os dirigentes da Maternidade, os profissionais da Maternidade, que também arregaçaram as mangas e connosco trabalharam para que tal sucedesse. -----

---Mas eu também não podia deixar de fazer referência, que já tinha havido um trabalho anterior, nomeadamente o último mandato, em que houve a construção com a participação da Câmara Municipal e a comunidade por forma a que a Clínica da Mulher e da Criança fosse uma realidade e de mais obras e apetrechamentos diversos que aquela Maternidade teve, por via de equipamentos que foram disponibilizados para que ela tivesse qualidade. Portanto, foi este um percurso difícil, mas que conseguimos obviamente o resultado pretendido. -----

---Depois, fazer uma referência às duas grandes iniciativas que, entretanto, ocorreram: --

---Uma no Natal, como é sabido foi um êxito tremendo também. Não quer significar que nós não possamos melhorar. Quero deixar aqui essa nota, que nós ainda temos potencialidades para ainda fazer melhor e com certeza próximo Natal ainda há de ser melhor. Mas este, mesmo assim, talvez tenha sido um dos melhores, das melhores iniciativas de Natal de sempre.-----

---Por outro lado, o Carnaval, muito mais recente, em que este sim, claramente foi o melhor da história do carnaval com dezenas de milhares de famalicenses a participar e

dezenas de milhares de outras pessoas externas a Famalicão que cá vieram para esta grande iniciativa. -----

---Devo registar também, deixar aqui um sublinhado, que talvez tenha sido o Carnaval com menos casos, menos situações que ocorreram durante esta iniciativa. -----

---E, obviamente, que isto só é possível porque nós temos um espaço urbano renovado. Temos uma cidade nova que tem grandes capacidades instaladas, grandes potencialidades e por causa disso é que o Natal e o Carnaval também tiveram o sucesso que todos nós sabemos. -----

---Uma nota especial para o Museu da Indústria Têxtil, uma ambição e um desejo muito antigo, com algumas dezenas de anos, porque eu me lembro, com certeza alguns de vós lembrar-se-ão talvez melhor do que eu, mas que tem muitos anos, que era a transferência do Museu que está situado aqui bem perto, para o berço da Indústria Têxtil, não só da região, mas de Portugal. As primeiras algodoceiras surgiram em Riba de Ave, no século XIX e, portanto, é para lá que nós vamos transferir porque fizemos a aquisição do edificado necessário para que tal venha a suceder rapidamente. -----

---Uma iniciativa também que eu queria aqui deixar uma nota, que tem a ver com o início da obra da reabilitação dos cerca de 20km dos nossos rios. Desde o rio Ave, o rio Pelhe, o rio Guisande, nomeadamente estes, vão ter uma intervenção profunda e uma das situações que vai surgir será a plantação de cerca de 24 mil árvores nessa trajetória dos 20km. Portanto, deixo aqui esta nota que, com um sublinhado a negrito por forma a que ela seja bem percecionada a dimensão de que estamos a falar.-----

---Por outro lado, como é sabido, somos o município amigo do desporto, mais uma vez. Somos também “Famalicão como Autarquia Mais Familiarmente Responsável”, também mais uma vez. temos uma outra boa notícia que tem a ver com o nível económico, batemos mais um record histórico de exportações em Famalicão, que salvo erro com 2.6 mil milhões de euros que atingimos pela primeira vez. Obviamente que a Câmara Municipal,

à semelhança do que tem sucedido no passado, vamos continuar a desenvolver os nossos esforços por via do Made In, por via do Cliente Made In, que é o novo roteiro que temos por forma a que também haja esta disponibilidade por parte dos nossos empresários para continuarem muito disponíveis para que estes números ainda possam ser ultrapassados. -

---Mais uma nota que tem a ver com um dado muito positivo, que também é um anseio muito antigo, que é a ligação de Santo Adrião, Talvai e Mões à cidade. Portanto, ultrapassando aquela barreira da Avenida 9 de Julho, como é sabido, desde insegura é uma barreira grande que tem estes lugares, que tem uma pressão para além de urbanística, mas em seu ponto de vista demográfico muito elevado e que esta ligação vai permitir uma ligação de uma vez por todas desses lugares à cidade onde está incluído também um parque de estacionamento público de 100 lugares, um parque municipal público de cerca de 100 lugares. -----

---Dizer-vos, e a propósito que se falou em segurança, que a Câmara Municipal aceitou desenvolver as obras necessárias no Quartel da PSP e, portanto, nós vamos assinar um protocolo com o Ministério da Administração Interna por forma a que seja a Câmara Municipal rapidamente a desenvolver as obras neste quartel, para que os profissionais tenham cada vez melhores condições para poder desenvolver a sua atividade cada vez melhor.-----

---Dizer-vos também que no que concerne à GNR, também estamos a desenvolver as pensas da Câmara, os projetos para o Quartel da GNR de Famalicão e de Riba de Ave por forma a que possamos também rapidamente desenvolver os protocolos necessários com o respetivo Ministério. Dizer-vos a este propósito, também, que estamos a reclamar a instalação de uma divisão da PSP em Famalicão e de um destacamento da GNR em Famalicão. -----

---Por outro lado e por último, dizer-vos também, manifestar aqui o nosso desagrado quanto à empresa que está a operar os transportes públicos em Famalicão, a Transdev. Já

tive a oportunidade de fazer publicamente, de manifestar este desagrado e faço-o aqui também, perante todos vós porque o que nós contratualizamos assente no caderno de encargos, que porventura vocês conhecem, não está a ser cumprido pela empresa. -----

---E, portanto, nós estamos a desenvolver as diligências formais correspondentes por forma a que a empresa rapidamente desenvolva aquilo que é o que está estabelecido no Caderno de Encargos por forma a que os famalicenses tenham a rede que nós desenhamos, que nós encontramos financiamento para a desenvolver porque o temos. Portanto, quero deixar aqui esta nota de desagrado para com a Transdev, e também destas diligências. E na próxima segunda-feira teremos mais uma reunião com o Conselho de Administração desta empresa por forma que rapidamente seja estabelecida a rede que queremos para Famalicão.-----

---**RICARDO VALE (PS)** - Eu gostaria de parabenizar o Senhor Presidente em exercício da última sessão da Assembleia Municipal por se disponibilizar a responder às questões que lhe foram colocadas, e gostaria de começar também por parabenizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal por nos honrar com 12 segundos, salvo erro, 8 segundos, peço desculpa, de tempo disponível para responder às questões que tem e que podem ser colocadas.-----

---Se eu bem percebi, o Senhor Presidente associou uma boa fluidez e, em não existência de casos no carnaval à renovação do centro urbano. Portanto, há uma relação direta entre a existência de árvores e atitude das pessoas. É a conclusão óbvia que se tira daqui. -----

---Deu também nota do início das obras de intervenção nos rios. Há uma questão que importa perceber:-----

---Qual é o prazo limite para a conclusão da obra?-----

---Importa também perceber, a propósito de uma garantia que deu em novembro/dezembro sobre a plantação do dobro das árvores abatidas. Isto a propósito da

instalação dos painéis fotovoltaicos. A esta contrapartida, esta garantia da sua parte que será plantado o dobro das árvores abatidas, importa perceber também, quando e onde. ---

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Senhor Deputado, houve uma questão que não percebi, foi relativamente aos oito segundos. O Senhor Presidente tem oito minutos. Oito segundos, só?!-----

---Mas, relativamente à Mesa, Senhor Deputado, a Grelha é a Grelha que o Regimento diz. Percebe? É a Grelha D. Percebe? Portanto, não posso fazer mais.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Senhor Presidente,-----

---No final de 2022 o governo colocou em discussão pública, até ao próximo dia 28 de fevereiro, uma proposta do Plano Ferroviário Nacional tratando-se de um documento que compila um conjunto de investimentos e projetos ferroviários previstos concretizar até 2050.-----

---Considerando a inegável dinamização da economia numa zona do país com uma densidade populacional elevada, um povoamento difuso e uma malha industrial constituída por muitas pequenas e médias empresas dispersas, reclama-se medidas de incentivo à utilização do transporte ferroviário, pelo que deve o governo envidar todos os esforços e disponibilizar os meios necessários para garantir o fecho da malha ferroviária, no Distrito de Braga.-----

---Sabendo, também, que o Concelho de Vila Nova de Famalicão carece de um reforço de oferta de transportes públicos com destaque para o transporte ferroviário, quer naquilo que se refere à ligação a outras regiões do país, quer no que se refere à ligação a outros concelhos da região, como é até o exemplo da Estrada Nacional 14 e que tem reflexo na Estrada Nacional 14, a CDU levanta algumas inquietações sobre este assunto. Desde logo, porque o Plano Ferroviário Nacional propõe o abandono da intenção da construção da Ligação Ferroviária Direta entre Guimarães e Braga, e a possibilidade da subsequente

ligação até Barcelos, segundo o documento, existe um conjunto de ligações que dificilmente terão volume suficiente para justificar uma solução ferroviária pesada, e por outro, a ligação de cidades em vales de rios diferentes representaria a necessidade de atravessar elevações consideráveis para as efetuar. Ou seja, aborda esta ligação necessária inviável como um investimento ao não realizar quando 350 mil habitantes, nestes dois concelhos, num Distrito de, com o número de 850 mil justificam claramente o fecho da malha com ligação ferroviária direta e extensiva a Barcelos e Vila Nova de Famalicão, e no qual o transporte coletivo rodoviário deve repulsar na perspetiva da complementaridade multimodal.-----

---Maior espanto que para a ligação ferroviária entre Guimarães, Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, concelhos do quadrilátero urbano, propõe-se uma solução de transporte em sítio próprio ligeiro para estas cidades que ainda que possa, numa fase inicial, ser rodoviário com um sistema de Bus Rapid Transit.-----

---Também, recentemente, o Secretário de Estado das Infraestruturas afirmou publicamente que uma ligação em ferrovia pesada entre Braga e Guimarães exigiria um túnel de 9km, o que colocaria o valor da ligação facilmente em muitas centenas de milhões de euros com facilidade perto dos 1.000 milhões de euros. -----

---Por outro lado, esta quarta-feira a Secção Norte dos Engenheiros defende uma posição oposta, aliás, defende uma aposta no fecho do Quadrilátero do Minho e aponta, passo a citar: “até que o documento peca pela falta de ambição e não percebemos qual o projeto para o território.” E em resposta, apresenta uma proposta para construir uma linha de comboio direta entre Braga e Guimarães, com tempo de viagem máxima de 10 ou 15 minutos, se houver uma Estação nas Taipas. No seu entender, esta ligação pode custar 400 a 450 milhões de euros, que na opção mais barata com a construção do túnel com cerca de 3,2 km, na versão mais cara, um túnel de 4,5km.-----

---Para a CDU, a inexistência da ligação ferroviária direta entre os Concelhos Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos constitui um erro e demonstra a falta de planeamento estratégico para o transporte ferroviário no Distrito de Braga. Note-se que quando a modernização recente nas duas ligações que servem Braga e Guimarães nem tão pouco se cautelou a localização das duas estações, de modo a facilitar o futuro fecho da malha. -----

---Entenda-se que a proposta do Plano Ferroviário Nacional está muito longe de corresponder às necessidades de desenvolvimento da região de Braga, limitando-se a adiantar a intenções mais ou menos abstratas com datas longínquas, ou mesmo sem data, sem prioridades ou calendário e sem qualquer investimento no reforço da ferrovia para deslocações intrarregião. -----

---Ora, considerando que, as afirmações do Secretário de Estado das Infraestruturas sobre os custos e dimensões de eventual ligação por túnel são manifestamente infundadas e distantes da realidade; -----

---Ora que o Plano Ferroviário Nacional não explicita os fundamentos técnicos que justificam a opção do governo de abdicar da ligação ferroviária entre os concelhos do Quadrilátero, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente, ainda que não... se calhar não vamos ter a resposta: -----

---Se a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão recebeu algum estudo técnico que suporte a proposta do governo? -----

---E se foi esta Câmara questionada sobre a importância ou urgência destes investimentos e Projetos Ferroviários previstos? -----

---E, aliás, gostaríamos também de perceber o que é que pensa este Executivo Municipal sobre a proposta do governo, muito concretamente sobre o sistema de Bus Rapid Transit, que supostamente até ligará Famalicão e Póvoa de Varzim?-----

---Senhor Presidente da Mesa, gostaria de colocar outras questões, visto que o Senhor Presidente não me vai responder, outras duas questões, portanto, acho que posso já avançar para isso.-----

---Senhor Presidente, -----

---Curiosamente, fará hoje, não, amanhã um ano que o Grupo Municipal da CDU questionou o senhor Presidente acerca das intenções deste município relativamente aos transportes públicos - já hoje manifestou também o desagrado com a própria Transdev-, mas nós queríamos ir um bocadinho mais longe. -----

---Se naquela altura manifestamos preocupações e relatamos algumas das situações com que muitas freguesias e as suas populações se deparavam, hoje, a diferença, é que para além da CDU e dos utilizadores dos transportes públicos, também a comunicação social local confirma e vem dar razão para aquilo que há um ano atrás alertávamos. -----

---Contrariando a resposta dada pelo Senhor Presidente, constatamos que a melhoria e o reforço nesta forma de mobilidade afinal não se verificaram. Continuamos com freguesias em que, por exemplo, o número de ligações é preocupantemente reduzido, com horários escandalosamente desfasados, com carreiras que falham os serviços, ou com a supressão de serviços justificadas pelas interrupções letivas. Também hoje é diferente porque é a própria autarquia a reconhecer o mau serviço prestado, descrevendo as várias situações de incumprimento, desde logo, com a redução das linhas de transporte e apenas 51% no número de quilómetros objeto do contrato, mas também, com a cobrança de títulos de transporte mais elevados e com o não cumprimento da idade máxima prevista da frota, estando em circulação veículos de 1992, ao invés dos 240 meses previstos no contrato. -

---Mesmo sob o tom sarcástico que o Senhor Presidente costuma responder às questões colocadas, já na altura a CDU alertava para que a desvalorização do transporte público, a sua progressiva degradação e encarecimento, são obviamente consequências diretas das

políticas que apontam à mercantilização dos transportes públicos, onde a obtenção do lucro está acima das prioridades como é estar ao serviço da população! -----

---E, postos estes factos, gostaríamos que o Senhor Presidente tivesse respondido sobre algumas declarações, uma delas: -----

1 - Em ofício enviado à Transdev, no dia 3 de fevereiro, o Sr. Presidente concedeu à empresa um prazo de 30 dias para cumprir as obrigações contratuais, caso contrário o Município avançaria com “sanções contratuais pecuniárias” previstas no Caderno de Encargos, e gostaríamos, até como forma de esclarecimento aos famalicenses e de perceber, que tipo de sanções é que se estaria a referir? -----

---2 - E permita-me a ousadia, gostaria de questionar o Senhor Presidente, se estará hoje mais convencido em reconhecer a justeza de uma reivindicação antiga da CDU, no sentido de voltar a municipalizar este serviço, como forma de assumir uma verdadeira e fundamental aposta na questão da mobilidade? -----

---Uma outra questão que gostaríamos de colocar, também já aqui abordou, e já foi até apresentado um Voto de Louvor a esta notícia, os famalicenses também receberam, obviamente com agrado, a notícia por parte do governo, de que não haveria encerramento da Maternidade do centro Hospitalar do Médio Ave. No entanto, não receberam com o mesmo agrado a exigência de que o Hospital terá de investir na melhoria de infraestruturas e reforçar os profissionais. -----

---Considera-se pouco aceitável que o funcionamento da Maternidade fique apenas assumido por um prazo de um ano, ficando a sua continuidade a depender de investimentos nas instalações e no reforço dos profissionais, sabendo-se que tais exigências são da inteira competência do governo e do SNS.-----

---Reconhecendo e defendendo essa mesma necessidade, para a CDU, é exigível que o governo proceda em conformidade com as suas obrigações, ao invés de declinar responsabilidades.-----

---Conhecendo-se também a posição deste executivo e até do Presidente da Câmara, que reconhece obviamente a importância de manter este serviço aberto, como parte de um todo que é o SNS, também gostaríamos de colocar a questão: -----

---1 - Para além do anunciado parque de estacionamento, que investimentos está esta Câmara disponível a realizar também no Hospital de Famalicão?-----

---2 - E aliás, que diligências fará, junto do governo, no sentido da defesa de todas as prestações do Serviço Nacional de Saúde e do Hospital de Famalicão, com garantia de qualidade? -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor Presidente, -----

---Analisamos com atenção o documento que forneceu aos Grupos Municipais e, depois de uma análise muito cuidada, chegamos às seguintes conclusões: -----

---Ao Chega, não nos interessa se o pequeno terreno A ou B pertence ao domínio público ou privado; -----

---não nos interessa de quem é o nome da rua; -----

---nem tampouco nos interessa se o utilizador das hortas municipais tem seguro ou não.

---A ação política define-se por prioridades, e as nossas prioridades, sem desprimor por todos os outros assuntos, são: -----

---saúde, -----

---educação; e -----

---segurança. -----

---E estes três pontos estão ligados entre si. -----

---Senhor Presidente, -----

---No dia em que estivermos no órgão executivo, nós, Chega, - esse dia está cada vez mais próximo- faremos com certeza algumas alterações substanciais.-----

---Pois bem, educação. Os problemas da educação e da comunidade escolar são conhecidos de todos:-----

---professores mal pagos; -----
---indefinição das carreiras; -----
---conteúdos programáticos de utilidade duvidosa; -----
---critérios de avaliação que nenhuns os entende; e sobretudo -----
---a disseminação de mensagens e conteúdos às crianças e jovens no sentido de as moldar para determinadas orientações, retirando-lhes a liberdade na criação do seu próprio pensamento. -----
---Mas eu comprovo isso. Aqui há uns tempos, numa outra Assembleia Municipal, apresentei um inquérito que foi feito a crianças de 12 e 13 anos. Hoje, vou-vos apresentar outro. Não foi nas escolas de Famalicão, mas foi num qualquer outro município. Reparem bem! De crianças de 12 a 15 anos! “Escolha a opção A ou B. “Coloca-te na pele de uma jovem mulher que caiu numa rede de prostituição. Escreve, com cuidado, em que reveles as circunstâncias que conduziram ao crime e o drama vivido pela vítima através dos seus pensamentos.” -----
---“Hipótese B: “Coloca-te na pele de um explorador sexual...” Repito, a crianças de 12 a 15 anos, meninas e meninos! “Escreve, com cuidado, um texto em que reveles as circunstâncias que conduziram ao crime e os argumentos para aceitação/rejeição do mesmo pelo criminoso, através dos seus pensamentos.” -----
---Está tudo dito. -----
---Nós, ao contrário... foi numa escola pública! Numa escola pública de um qualquer município - eu sei qual foi o município- de qualquer município de Portugal. Nós, ao contrário destas correntes, queremos que as crianças e os jovens cresçam em liberdade, que formulem a sua personalidade, com base em valores que sustentem uma sociedade de méritos plural e democrática. -----
---A comunidade escolar tem inúmeros problemas. Problemas de violência; de consumo e tráfico de droga; formação de gangs à porta das escolas; professores desautorizados.

Sem uma resolução efetiva destes problemas, não podemos aspirar a um ensino de qualidade, nem tampouco almejar o avanço civilizacional e a tal igualdade de oportunidades. -----

---Senhor Presidente, já reparou com certeza, que não podemos contar com este poder central para nada. Já o dissemos anteriormente. Distancie-se dessas políticas, deste socialismo tópico e irrealista que nos conduz à indigência, e que até por vezes tem seduzido, e tem que ser dito, alguma direita, essa direita, essa coisa abstrata. -----

---A escola... a formação dos cidadãos de amanhã é um tema fulcral num município como o nosso. Estaremos atentos e vigilantes. -----

---Na saúde, reparamos que foi nas informações... -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÃNGELO OLIVEIRA)** - Senhora Deputada, tem que respeitar porque isto é um tema abrangente. Não há ordem específica de trabalhos, por isso... -----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** - Reparamos que não tem uma página dedicada à saúde. Também temos a consciência que constitui um problema crónico, extensivo a todo o país que se tem agravado com os governos de esquerda, os tais ultras defensores do SNS, mas que o tem destruído. Insistimos nos nossos argumentos. -----

---políticas públicas de saúde; -----

---promoção do acesso equitativo dos cidadãos aos cuidados de saúde - já tinha mencionado anteriormente; -----

---o cheque dentista; -----

---e agora, reforço com o cheque psiquiatra. Portugal tem a segunda maior prevalência de doenças psiquiátricas, e é o maior consumidor europeu de antidepressivos e ansiolíticos da Europa, segundo a DGS. E a situação foi agudizada no período pós pandemia, e nós reparamos nisso aquando da Comissão de inquérito; -----

---estratégia para a literacia alimentar; -----

---ensino para os bons hábitos alimentares - informação nutricional - 28,7% da população é obesa em Portugal. ... -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Estou à espera da pergunta.-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) - Estão à espera da pergunta.-----

---Problemas de saúde que podem ser mitigados se estas matérias forem apresentadas na escola ao invés das bizarras na disciplina de Cidadania;-----

---melhor e mais atendimento no Centro de Saúde;-----

---redução do tempo de espera para consultas;-----

---médicos de família;-----

---alargamentos dos horários dos Centros de Saúde -na última quarta-feira, por causa das poeiras vindas do norte de África, o nosso hospital, não sei se sabiam, colapsou com a quantidade de pessoas com problemas respiratórios.-----

---Portanto, estamos perante uma infinidade de problemas que se tem agudizado com estas políticas. Está na hora dos municípios tomarem a dianteira.-----

---Relativamente à segurança, bem, este é um assunto que infelizmente está na hora do dia. A temática de segurança é para os nossos concidadãos algo muito sensível e quando assistimos a novas realidades que impõem o olhar para a segurança sobre outra perspetiva, assistimos a um desinvestimento total nas forças de segurança e até desprezo pelo seu valoroso e abnegado trabalho.-----

---Faltam efetivos em Famalicão, quer da GNR quer da PSP;-----

---as condições de trabalho são deploráveis;-----

---a Polícia Municipal tira atribuições limitadas, são mal pagos e ainda não conseguiram o necessário reconhecimento social.-----

---Senhor Presidente, perante este cenário de furtos, de tráfico de droga, assaltos a residências e estabelecimentos comerciais, criminalidade grupal e uma infinidade de situações que necessitam de solução.-----

---Para quando mais efetivos? Aqui está a pergunta. -----

---Para quando obras de recuperação da esquadra e do quartel da GNR? -----

---Encara a possibilidade de investir em segurança, colocando camaras de vigilância, por exemplo, na estação de comboios, nos apeadeiros do município e em locais referenciados no tráfico de droga? Outra pergunta. -----

---Senhor Presidente, com tudo isto estamos conscientes das limitações dos municípios, do que são atribuições ou competências da Câmara, mas tenho que recordar as palavras da Dra. Manuela Ferreira Leite: “Quem paga, manda!”. E nós contribuímos muito e, a dada altura, parece que não temos direito a nada. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Relativamente a este ponto, eu informo que são informações do Senhor Presidente.-----

---Os Senhores Deputados recebem um Relatório. Eu percebo que se possa falar sobre determinadas matérias, que o Senhor Presidente falou, quer seja desporto, quer seja saúde, mas peço que façam perguntas. Mas também digo que tem que ser recíproco. Não é criticarem os outros e depois fazerem exatamente o mesmo porque a CDU também entreviu, também teve... e, depois, na parte final é que fez a pergunta. Eu peço que façam críticas, mas também respeitem uns aos outros porque isso... que façam perguntas.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Também gostaríamos de colocar algumas questões em torno dos transportes. E a primeira prende-se exatamente com, enfim, os incumprimentos de natureza contratual da Transdev, relativamente ao nosso município. Mas a pergunta que lhe gostaria de colocar muito diretamente é se esses incumprimentos significam apenas em Vila Nova de Famalicão ou se, infelizmente para todos, ainda

também se transportam, se transcendem para além do nosso território nomeadamente nas outras áreas onde esta empresa opera, concretamente na CIM do Ave, nos territórios da CIM do Cávado e em Barcelos, se a memória não me atraiçoa. Isso não diminui naturalmente o problema, ou bem pelo contrário o aumente, e poderá inclusivamente obrigar a que uma intervenção mais concertada e não apenas isolada da parte do município de Vila Nova de Famalicão. -----

---Uma segunda matéria, Senhor Presidente, prende-se com as questões da via ferroviária. Não tanto para recolocar as perguntas que já foram feitas, pela Senhora Deputada Tânia Silva, mas para colocar um outro tema que tem estado um pouco esquecido, ou que tem estado fora da agenda mediática nesta matéria, e tem a ver com a construção de uma linha de alta velocidade. -----

---Como é do conhecimento de todos, sensivelmente há 22 anos atrás, João Cravinho era Ministro do Planeamento anunciou ao país a construção de uma linha de alta velocidade ligando as duas principais cidades, Lisboa e Porto. Um investimento que estava pronto para arrancar e que era suposto estar concluído no prazo de 10 anos e que permitiria, inclusivamente, reduzir o tempo de distância para... das três horas e meia que hoje mais ou menos dura o Alfa e o Intercidades para uma hora e quinze. -----

---Como sabemos, esse projeto não avançou. Não vale a pena agora estarmos a discorrer porque é que não avançou. Isso não é importante para este debate muito menos para as questões que eu quero colocar. Mas a verdade é que ele foi... esse projeto foi recuperado pelo então agora ex-Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, que o colocou novamente na agenda. -----

---Com uma ambição superior, porquanto não se trata apenas de construir uma linha de alta velocidade ligando Lisboa e Porto, mas também uma segunda linha de alta velocidade, e agora aqui é que interessa para a nossa discussão, ligando as cidades do Porto, Braga, Valença e Vigo. Ora, aliás, este projeto foi anunciado como estando

incluído naquilo que é o Programa Nacional de Investimentos 2030, ou seja, um investimento que, supostamente, será construído até 2030. Falta pouco, são 7 anos, não é assim tanto tempo. -----

---Senhor Presidente, esta matéria é importante, porquê? Porque uma simples observação do mapa, nós não conseguimos imaginar que um comboio de alta velocidade que saia do Porto passando pelo aeroporto de Sá Carneiro com destino a Braga não atravesse o nosso concelho. É quase impossível! Não vejo como é que isso não vá acontecer, a não ser que dê uma volta muito grande, vá por outros municípios no litoral e, portanto, isso não vai acontecer. Portanto vai passar mesmo por Vila Nova de Famalicão.-----

---Ora, nenhum de nós, por certo, discordará da importância económica e social desta infraestrutura. Eu julgo que ninguém discordará. É consensual. Mas também todos nós sabemos que esta obra tem impactos negativos, tem impactos negativos. É obrigatório! Necessariamente vai ter impactos negativos, por força da construção no ordenamento do nosso território. E aqui a pergunta é simples de colocar. É de saber se a Câmara Municipal dispõe já de algum projeto, de algum esboço, se está definido minimamente o espaço canal, e se porventura é ou não equacionável, é ou não equacionável, a construção de uma paragem intermédia em Vila Nova de Famalicão?-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Eu peço só, por uma questão de tempo, que esgotem as perguntas porque o Senhor Presidente só tem oito segundos, de facto. Estão esgotadas as perguntas?-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Senhor Presidente da Câmara, vou fazer uma pergunta muito concreta -----

---O ICNF é a instituição que aprova derrubar sobreiros, por cada sobreiro que se vai derrubar, que estorva para se fazer uma obra, diz quantos é que tem que se plantar? Pequenos porque grandes não pegam, não é? Esta instituição deu parecer, de certeza

absoluta, para este parque fotovoltaico em Outiz e em Vilarinho. Eu só quero é que o Senhor Presidente me diga se esta instituição esteve de certeza na aprovação desta obra, e esta instituição é que define se coloca mais um sobreiro ou menos um sobreiro. Não é a Câmara Municipal. Não adianta nada fazer cortejos, manifestações na Santa Catarina, ir para lá fazer campanha que isso é perder tempo. Esta instituição, ICNF, é que define o problema dos sobreiros. Ponto final. Define a quantidade de árvores colocadas por cada uma que se derruba. -----

---A respeito do Carnaval, Senhor Presidente, houve uma multidão enorme em Vila Nova de Famalicão. As forças de segurança estiveram bem. Não houve nada de maior, muitos polícias, uns fardados outros à civil. O que quer dizer é que não aconteceu nada no carnaval. Tanto se esperava. Andavam aí, na internet, que iam haver algumas coisas em Vila Nova de Famalicão menos agradáveis. O que quer dizer é que correu da melhor forma. -----

---Fala-se tanto no concelho de Vila Nova de Famalicão, que não há parque de estacionamento, para estacionar os carros; tantos milhares de pessoas que vieram fora do concelho, tantas do próprio concelho de Famalicão. Todos eles tiveram condições para estacionar os seus carros em Famalicão, o comboio não trouxe toda a gente. Não vi nenhum helicóptero a trazer gente para aí, para Famalicão. O que eu quero dizer é que o nosso concelho, desde que se fez as obras no centro da cidade, e com o aparcamento que tem à volta, junto à Central de Camionagem, Estação Caminho-de-Ferro e Campo da Feira, tem condições para receber quem nos visita e receber bem. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Rapidamente sobre a questão da ferrovia, nomeadamente de alta velocidade que está em discussão pública, e nós próprios temos muitas dúvidas porque não percebemos o documento, nem sabemos o canal por onde passa... vai passar a linha e, portanto, nós no âmbito desta discussão pública estamos a pedir um conjunto de informações para este efeito. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUIS ÂNGELO OLIVEIRA) - Senhores Deputados, a Mesa... tendo em conta que estamos perante... relativamente aos restantes pontos, discutíamos os pontos 2 e 3 em separado, e do 4 ao 8 em conjunto e a votação em separado, se ninguém se opuser.-----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE SOM, LUZ E PALCOS, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 369.200,00 € (TREZENTOS E SESENTA E NOVE MIL E DUZENTOS EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. -

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Na última sessão da Assembleia Municipal, esta Assembleia aprovou a abertura de um procedimento cujo fim nos parece em tudo semelhante, tratando-se no essencial para aluguer de palcos, som e luz para eventos de diversa natureza por parte do município.-----

---O último concurso aprovado em 24 de novembro em reunião de Câmara foi no valor de 202.800 euros com o fim de garantir, e estou a simplificar, palco para 140 iniciativas, som e luz para 116 no prazo de 2 anos. -----

---No documento que agora estamos a apreciar, temos o valor de 369.200€ que garantirá para o município, com alguma simplificação e contas simples, palco para 166 eventos e som e luz para 216 iniciativas no mesmo período. Ou seja, nos próximos dois anos prevê-

se palcos e som dia sim dia não. Parece-nos que estes valores, meio milhão de euros no total e números de eventos, mereciam alguma explicação mais cuidada. -----

---Desde logo, como se chegou a estes valores de encargos e de necessidades de palco, som e luz de diversos tipos?-----

---O que sustenta efetivamente estes dois concursos?-----

---Não pode ser só a vontade de fazer, tem que existir um plano. Este meio milhão para a cultura tem efetivamente que apoiar a cultura e, por isso, Senhor Presidente, permita-me ainda acrescentar o seguinte: -----

---Os resultados do último concurso da DGARTES e os insuficientes apoios à cultura levantam sérias preocupações sobre a situação neste setor, no nosso município. Tais opções avizinham agravamento da situação dramática e insustentável em que muitas estruturas de criação e animação cultural se encontram, incluindo em Famalicão, com a exclusão de diversas entidades dos apoios sustentados pela DGARTES. -----

---Muitas poderão nem sequer reunir as condições para manter o desenvolvimento do trabalho artístico e cultural, com tudo o que isso significa na perda ou fragilização da atividade cultural, no aumento do desemprego de muitos trabalhadores da cultura, contribuindo para o aprofundamento de desigualdades e assimetrias regionais, podendo levar até ao desaparecimento da atividade cultural que ainda resiste e que em muitos casos é o que assegura o acesso à cultura junto das populações. O nosso concelho não é diferente desta realidade. -----

---Tendo em conta a difícil situação de muitas associações, formais e informais, da área da cultura no nosso concelho, existe a mobilização de todos aqueles que estão dispostos a unir esforços, com o objetivo de mudar o rumo que tem contribuído para a desvalorização da cultura em Portugal. -----

---Considerando que os orçamentos desses agentes culturais não permitem ter estruturas permanentes, e que muitas das vezes a principal dificuldade é terem meios para alugar

um palco, som e luz, quantos destes mais 300 alugueres de palcos e outros tantos de som e luz irão estar disponíveis para os agentes culturais do município e para o apoio efetivo à criação cultural? -----

---Aliás, no sentido de acautelar as implicações negativas da falta de apoios do governo para a cultura, particularmente aos do nosso concelho, como pensa esta Câmara intervir para que não seja também responsável pela redução da atividade cultural e artística em Famalicão? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Só uma nota relativamente àquilo que aqui foi dito.-----

---Deve haver um equívoco. Porque quem não apoia não é a Câmara Municipal. Quem não apoia... foi o que eu entendi, a DGARTES é que não apoia, nomeadamente... disse isso? Ok. Fiquei na dúvida. Portanto, é que não apoia as nossas associações culturais, nomeadamente profissionais e semiprofissionais, como é sabido, temos o número de 18 no concelho, sendo o concelho que mais tem em Portugal. Porventura, excetuando aqui Lisboa e mesmo assim precisamos de medir. -----

---No que concerne aqui à questão de que falou, desta proposta e da outra proposta, que são exatamente para o mesmo fim, só que uma é para apoiar iniciativas do nosso tecido associativo, isto é, da comunidade, e uma outra, como tem que ser, é para apoiar iniciativas promovidas pela Câmara Municipal. E, portanto, sob o ponto de vista formal, tem que ser procedimentos distintos. Agora, as duas querem que a cultura popular, o património imaterial e a descentralização cultural sejam cada vez mais uma realidade. Portanto, o objetivo é o mesmo para as duas propostas, mas sob o ponto de vista formal, elas têm que ser distintas e, por isso, é que aparece... já apareceu uma e agora aparece esta. Isto quer significar, perante os números que apresentou, que nós estamos bem sob o ponto de vista cultural. -----

---Temos muitas iniciativas, sob o ponto de vista de realização da Câmara Municipal, e daquelas realizadas pelas nossas comunidades, apoiadas obviamente pela Câmara Municipal também. Portanto, os números que apresentou é uma evidência clara de quanto nós apostamos na cultura.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Só para esclarecer, Senhor Presidente, aquilo que eu disse. Efetivamente é que a DGARTES não apoio, o governo não tem apoiado a cultura e é por isso que existe aqui uma crescente desvalorização da própria cultura. -----

---Os números que eu aponte, efetivamente quem olhar para os números, é como disse, tem aqui uma boa representação de... poderia eventualmente até dizer-se que tem uma boa representação e apoio para a cultura. -----

---Mas, aquilo que eu tentei dizer, e volto a reforçar, é que o documento não é assim tão preciso e daí eu questionar. Porque, de facto, não se consegue identificar de que forma estes 300 alugueres de palco estão disponíveis para agentes culturais. E era essa a minha questão. Eu não disse, de todo, que a Câmara não apoiava. Tentei perceber foi efetivamente como é que, então tendo este contrato ou estes dois contratos, como é que será ou estará ao serviço dos agentes culturais do nosso município. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA ALUGUER DE SOM, LUZ E PALCOS, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR DE 369.200,00 € (TREZENTOS E SESENTA E NOVE MIL E DUZENTOS EUROS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE

FEVEREIRO E DO N.º 1 DO ARTIGO 11.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EDITAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICITAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, QUE SE APENSA, E CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, PARA AQUISIÇÃO DE 9 FOGOS JÁ EDIFICADOS E 70 FOGOS A EDIFICAR OU EM EDIFICAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Também só uma nota breve. A proposta é clara. Eu queria aqui enfatizar o facto de nós termos assinado o acordo com o IHRU em novembro e, já agora, estamos a trazer à Assembleia Municipal esta proposta para aquisição de setenta e nove fogos, para que no âmbito do primeiro direito possamos ter mais disponibilidade para os agregados que estão sinalizados no nosso concelho, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. E este é um primeiro passo para que nós possamos resolver esta necessidade de habitação em Famalicão, nomeadamente para estes agregados.-----

---É certo, como eu disse há pouco, esta é a primeira. Nós queremos fazer outras do género se, porventura, esta correr bem. Nós temos que ter consciência do estado da arte, no que respeita à habitação. Portanto, não sabemos se vamos ter disponibilidade por parte dos promotores por forma a que possam atender a esta e a outras necessidades do futuro.----

---Claro está que nós estamos a pensar noutras alternativas, nomeadamente a Câmara Municipal a construir também habitação, para além desta oferta pública de aquisição, que

como sabe está direcionada, está dedicada para habitação já construída, em construção ou a construir. Portanto, falta aqui duas valências, uma das quais que eu referi há pouco, que é a construção por parte da Câmara Municipal e a reabilitação por parte da Câmara Municipal, que também em breve teremos notícias quanto a essas duas outras dimensões que vão complementar estas que aqui estão nesta oferta pública de aquisição. E, portanto, é um caminho rápido, fomos diligentes, fomos céleres e, portanto, cá estamos. É o meu compromisso e, portanto, vamos desenvolvê-lo. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - A CDU entende que a presente oferta pública de aquisição de imóveis no âmbito do plano de recuperação e resiliência, deve ser enquadrada no atual contexto de crise habitacional, gerada pela incapacidade dos sucessivos governos PS e PSD em criar uma estratégia concertada para a habitação, quer à escala nacional quer à escala local. É por demais evidente que os esforços mais recentes do atual governo na tentativa de solucionar o problema ficam aquém daquilo que é necessário, perdendo-se a oportunidade de criar as bases necessárias à construção de uma política pública de habitação que almeje concretizar um direito fundamental, consagrado na constituição da república portuguesa. -----

---A CDU considera que a crise habitacional a que as autoridades políticas procuram dar resposta, não surgiu do dia para a noite. Consideramos necessário ir além do imediatismo das medidas para questionar qual será o impacto destas políticas naquilo que é a resolução de um problema cuja perpetuação se foi permitindo dentro da sociedade portuguesa. Para a CDU, o que está em causa é a resolução de um problema antigo, sustentado por décadas de políticas inaptas, cujos resultados estão à vista: -----

- a desregulamentação total do mercado de arrendamento; -----
- a completa mercantilização da habitação e a sua conseqüente desvalorização enquanto bem essencial; -----

- a redução do parque público de habitação para níveis extremamente baixos (2% - a nível nacional e 0.66% - a nível local); -----
- a marginalização dos movimentos associativos e cooperativos na construção de estratégias de acesso à habitação. -----

---A CDU entende que a gravidade da situação no acesso à habitação causada pela incapacidade do segundo setor (o mercado) em promover uma oferta de habitação a custos adequados ao rendimento de uma parte muito significativa da população do concelho, motiva esta aquisição pública de imóveis para arrendamento acessível, que apesar de considerarmos positiva, por aquilo que significará na vida de muitos famalicenses, não podemos deixar de considerar de que se trata de uma medida insuficiente, que não aponta para a construção de uma estratégia concertada para a promoção de habitação, que consideramos ser necessária para dar uma resposta às solicitações das famílias e jovens que neste momento se encontram em dificuldades para aceder e manter as suas habitações, num contexto de aumento generalizado do custo de vida, em que em grande parte se deve ao insuficiente acompanhamento da subida dos salários e pensões de modo anular os efeitos da inflação elevada e obtenção dos lucros parasitas do setor da habitação.

---A CDU considera que é necessário ir mais longe, é necessário desenvolver as políticas que apontem para a promoção de um amplo mercado de arrendamento acessível, é necessário o compromisso em aumentar o parque público de habitação para arrendamento acessível, para pelo menos igualarmos a média nacional, os tais 2%, e é necessário contemplar diferentes tipos de habitação (coletiva, multifamiliar, unifamiliar, entre outras) integrando e apoiando também os movimentos associativos e cooperativos na promoção de outras formas de acesso ao financiamento da habitação. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Este ponto que aqui discutimos e vamos deliberar, oferta pública de aquisição de imóveis, é um ponto que necessariamente contará com o voto a favor do Partido Socialista, tal como aconteceu na reunião de Câmara que contou também

com o voto a favor dos nossos Vereadores. Mas não deixamos aqui de fazer algumas considerações políticas e, desde logo, começar por saudar a Câmara no que fez neste âmbito, mas também não podemos deixar de referir que esta é essencialmente uma medida ancorada senão a reboque daquilo que é o governo central. Desde logo, porque se apoia no programa do primeiro direito e no programa de apoio de acesso à habitação no âmbito do PRR. -----

---E, desde logo, porque já vários antecessores do Senhor Presidente da Câmara têm vindo a fazer largas promessas no âmbito da habitação pública, nós questionamos o Senhor Presidente de Câmara se no futuro o nosso município, além destas medidas que estamos aqui hoje a discutir, contam com a intervenção direta do nosso governo, irá oferecer mais habitação pública aos famalicenseiros. Mais iniciativas como esta, ou estaremos novamente à espera que o governo central dê o primeiro passo, para que o município a reboque consiga dar o segundo e oferecer mais habitação pública aos famalicenseiros.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor Presidente de Câmara, relativamente a este assunto, a nossa intervenção vai mais no sentido de esclarecer algumas dúvidas que assolam o nosso pensamento. -----

---Já vimos a celeuma criada pelas medidas anunciadas pelo governo relativamente à habitação, ou falta dela, que resulta numa primeira análise no desconhecimento da realidade e numa imposição típica de um estado marxista.-----

---A intromissão e introdução do estado, seja do Estado Central ou do Poder Local em assuntos para o qual não está vocacionado gera sempre muita desconfiança. -----

---E que já nem vamos pela óbvia ilegalidade das medidas que todos falam e referir a ofensas aos princípios constitucionais. -----

---A Senhora Deputada Tânia Silva falou no direito à habitação, mas também há o direito à propriedade privada. E há uma regra fundamental, é que nenhum princípio

constitucional se pode sobrepor a um outro princípio constitucional, eles têm que ser compatíveis.-----

---Senão vejamos: apenas 2% do alojamento em Portugal é público. O governo socialista estabeleceu como meta fazer aumentar esta percentagem para 5% até 2026.-----

---Fica aqui uma ideia forte: os portugueses gostam/querem ser proprietários, ao contrário de outros países aqui bem perto de nós que preferem por exemplo o arrendamento. É cultural como sabemos.-----

---Depois vamos à origem do problema: já diziam os nossos avós: “quem casa quer casa”, ou seja, fazendo uma interpretação atualista, tivemos nos últimos anos vários fenómenos que fizeram com que a procura de casa disparasse; facilidade do crédito bancário (a partir dos anos 90), como sabem, o aumento exponencial da desagregação de famílias, nomeadamente nos divórcios que fez com que duas pessoas mais em cada família, começassem a procurar casa, duas ou mais pessoas. E mais recentemente, um fluxo anormal de pessoas vindas de outros países que para cá vieram sem nenhum planeamento, e muitos deles sujeitos às regras das máfias de tráfico humano. E nós, em ocasiões anteriores, já tínhamos alertado para esta situação.-----

---Isto degenera para outro tipo de situações: arrendamentos informais, ou seja, evasão fiscal, condições de alojamento altamente precárias e exploração inaceitável. Nós aqui, nesta Assembleia, já tivemos oportunidade de referir várias situações em que conhecemos, em que há exploração inaceitável. Depois vem o Senhor Deputado Jorge Costa, que infelizmente não está cá hoje, dizer que a extinção do SEF não é assunto municipal.-----

---Portanto, temos acima de tudo falta de fiscalização, inação e um fazer de conta que estes problemas não existem.-----

---Mais um dado relevante, pela dificuldade em adquirir habitação, seja através da compra ou arrendamento, os jovens portugueses saem da casa dos pais mais tarde, com uma média

de 33.6 anos no ano de 2022, indicam os dados da Eurostat. Num conjunto global da União Europeia, os jovens saem da casa dos pais com 25.5 anos.-----

---Solução: antes de mais, alívio fiscal.-----

---É preciso “alterar o paradigma” e propor medidas de alívio fiscal, por exemplo isenção do imposto de selo e a extinção de certas e determinadas burocracias.-----

---Por falar em burocracias, gostava de perguntar ao Senhor Presidente de Câmara, qual foi o alcance da medida da preferência dada ao município na alienação de imóveis? É que esta medida... pergunto se será aceitável, por uma razão muito simples, vejam por exemplo se eu quiser vender um imóvel, um apartamento a um familiar porque o quero ajudar, corria o risco da câmara me açambarcar a casa. Bem sabemos que estes apoios proporcionados pelo PRR, têm um tempo curto de execução e um destino identificado.--

---Mas reparem, em Famalicão, de acordo com um levantamento realizado pelos serviços municipais, existem atualmente 65 imóveis abandonados, só no centro da cidade, que irão ver o IMI agravado já em 2023, como vimos na última Assembleia Municipal. Não será altura ideal, aproveitando os Fundos do PRR, para fazer uma verdadeira reabilitação habitacional?-----

---Gostaríamos igualmente que fosse criada uma linha de crédito bonificada para jovens na compra de habitação permanente.-----

---A compra de habitação própria e permanente, hoje em dia, é praticamente impossível para os jovens portugueses.-----

---Os programas que têm sido apresentados e implementados no que concerne à habitação jovem, representam um falhanço total e apenas fomentaram o incremento de preços no setor imobiliário. -----

---Vamos ao que nos interessa, Senhor Presidente, este adquire as casas e este arrendamento é acessível ou social? -----

---Qual é o critério da atribuição das casas? São para os fregueses do costume? -----

---Como vai ser executado este programa?-----

---Entre outras questões, gostaríamos de ver esclarecidas.-----

---**PEDRO SANTOS (PSD)** - Este governo do Partido Socialista, depois de anos a ignorar sinais óbvios de rotura em alguns centros urbanos, foi preciso haver uma escalada nas taxas de juro e uma pressão inflacionista que está a deixar as famílias desesperadas para o governo de Portugal como quase sempre acordar tarde para um problema que se diga, já não vai a tempo de resolver no prazo da atual legislatura e com resultados muito indefinidos. São já os diversos planos lançados com resultados quase nulos, mas aqui o que estamos a falar é da Estratégia Local da Habitação e do primeiro concurso. -----

---E contrariamente ao que o Senhor Deputado Luís Miranda aqui referiu, do Orçamento de Estado sai zero. Governo salva-se aqui pelo Plano e suporta-se no Plano de Recuperação e Resiliência chamado PRR. -----

---Os municípios, e esta Câmara em Particular, mitigam no sentido de resolver as dificuldades de salubridade em que se encontram muitas das habitações dos nossos munícipes. Neste sentido, esta Câmara no mês de outubro de 2022 assinou já o acordo com o Instituto de Habitação Urbana e IHRU para a Aplicação da Estratégia Local de Habitação, tendo sido atribuídos 62 milhões de euros para a melhoria das condições de habitabilidade de mais de 800 agregados familiares do concelho, financiamento através, e torno a reforçar, do Plano de Recuperação e Resiliência. -----

---Neste âmbito, a Câmara Municipal lança com este procedimento em análise, oferta pública de aquisição no valor 10.5 milhões de euros para a compra de 79 imóveis, destinado a arrendamento no âmbito do Programa Primeiro Direito. -----

---Relembro que a Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Reabilitação e Reabilitação Urbana, Dra. Isabel Dias, elogiou na altura da assinatura do acordo Estratégia Local de Habitação realçando que o município de Vila Nova de Famalicão é um exemplo marcante em matéria de habitação. -----

---Esta Estratégia Local de Habitação traduz também aquilo que anteriormente foi aprovado aqui, em sede da Assembleia Municipal.-----

---A Estratégia Local de Habitação de Famalicão é um documento estratégico com orientações e objetivos claros, num trabalho de colaboração iniciado entre a Câmara Municipal e a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. -----

---Considerando a urgência na execução do financiamento, os complexos procedimentos técnicos determinados pela IHRU, está esta Câmara Municipal muito empenhada na sua execução e está a fazer muito bem o seu trabalho.-----

---Este município leva até vantagem na elaboração dos planos comparativamente com outros municípios aqui à volta e no país, reforçado pelas afirmações da Presidente da IHRU.-----

---Esta Estratégia Local de habitação é um passo muito importante e muito prioritário. Note-se, esta matéria de habitação é da responsabilidade da tutela, mas a exemplo de outras matérias, aqui, em Famalicão, estamos muito empenhados. -----

---Que haja respostas às necessidades de habitação em condições condignas, que complementam outros planos já lançados no nosso município como programa Casa Feliz, Apoio a Obras e à Renda.-----

---Esta Estratégia Local de Habitação merece o nosso apontamento, deve ser estimulada e apoiada constituindo janelas de oportunidade para beneficiar aqueles que mais precisam. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** - Para responder aqui um pouco à Tânia Silva, a política do governo a nível de habitação, é política comunista. É política que o Partido Comunista fez após o 25 de abril. Eu lembro-me bem porque tinha 18 anos, na altura. Tomou conta das fábricas onde tinha que vender, tomou conta das Quintas todas do Alentejo porque havia muito gado, muita riqueza nas Quintas. Enquanto tinha para vender, estava à sombra da Azinheira. Ia vendendo, aquilo não custou nada. Quando elas ficaram desertas,

as Quintas ficaram sem nada, entregaram aos donos outra vez. Aconteceu aqui na Fábrica do Manuel Gonçalves. Também tomaram isto de assalto. -----

---Onde havia algum poder económico o Partido Comunista tomou isto de assalto.-----

---E o próprio Partido Socialista, o governo, a política de tomar conta das casas dos particulares porque pagam pouca água durante um ano ou pagam pouca luz que são casas de férias, essas casas os proprietários estão sujeitos a ficarem sem elas. Ó Eng. Paulo Pinto, isso é o que o Ministro diz na comunicação social. Se gastar pouca água ou pouca luz, as casas podem ser tomadas de assalto, embora paga a renda. Mas o que quer dizer é que eu não posso ter uma casa de férias no Algarve, que estou sujeito a chegar lá e ela estar ocupada. E depois, vira renda lá quando vem. Todos nós pagamos! O governo não custa nada mandar no que é dos outros.-----

---A nível de Famalicão, a política do Senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, a nível de habitação é diferente, não vai tomar nada de assalto. -----

---Senhor Presidente, dou-lhe os parabéns por isso porque não segue a Política do Partido Comunista nem do Partido Socialista, para bem de Famalicão.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Só complementar depois do que ouvi aqui uma outra nota, nomeadamente quanto às diligências futuras. Eu próprio já disse que íamos desenvolver mais diligências. Obviamente não referi porque já existem há anos outras medidas como o Apoio à Renda, como aqui foi dito, e no âmbito também do Programa Casa Feliz o apoio a obras e também com uma nova vertente a questão do apoio para a eficiência energética, que também estamos já a iniciar esse processo de apoio.----

---Também em sede de orçamento, este Programa Casa Feliz, que engloba, digamos, essas três vertentes, foram reforçadas as suas dotações para que nós possamos ajudar ainda mais agregados a ficarem na casa onde sempre viveram, mas com boas condições. -----

---Depois, obviamente que no âmbito do PRR, como é sabido, isto resulta de candidaturas. Nós candidatamos à semelhança de todos os outros municípios. Há uma verba que vem da União Europeia que se intitula neste caso Plano de Recuperação e Resiliência, que é uma consequência da pandemia. A União Europeia resolveu lutar em Portugal e noutros países, mas em Portugal cerca de 18.2 mil milhões de euros, como é sabido, para várias áreas de intervenção. Mas nós, Câmaras Municipais, temos que nos candidatar com uma boa estratégia, com bons planos, com bons projetos porque senão não temos acesso ao financiamento. E, portanto, foi isso que sucedeu. -----

---Realmente é verdade que esta Estratégia Local de Habitação foi muito elogiada na altura pela Senhora Presidente do IHRU, e aliás, foi sinalizada também como uma boa prática para que seja referenciada noutros municípios.-----

---E, portanto, nós temos, como é sabido, até junho de 2026, que é quando termina o PRR, cerca de sessenta e dois milhões de euros por forma a que nós possamos trazer para o território mais habitação para os agregados que necessitam e não se trata apenas habitação social, as também estamos a falar de habitação para agregados com rendimentos muito mais superiores àquilo que é o clássico da Habitação Social. -----

---É sabido também que aqui há balizas. Portanto, temos balizas sobre o ponto de vista das áreas das habitações, que estão definidas pelo IHRU, com valores mínimos e máximos, como também para o respetivo preço, preço de aquisição que também está obviamente referenciado quer pelo IHRU quer pelo INE. -----

---Quanto às opções de compra que a Câmara Municipal pode fazer obviamente que não é da nossa tradição retirarmos a casa de quem precisa de um agregado para dar a outro. E, portanto, nós vamos obviamente encetar trajetórias diferentes que foram aquelas aqui enunciadas e que são muitas.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Na sequência das declarações dos colegas Deputados que me antecederam e do Senhor Presidente de Câmara, necessariamente que o Partido Socialista tinha que fazer aqui algumas observações. -----

---E desde logo, respondendo à intervenção do Senhor Deputado Pedro Santos, dizer-lhe que o governo não está a acordar tarde, nem está atrasado à realidade. O governo está a resolver um problema grave criado pela coligação do PSD/CDS quando esteve à frente da governação do país, quando criou a Lei Cristas que liberalizou o arrendamento e tornou, citando um Professor Catedrático nesta matéria, tornou o arrendamento e a habitação portuguesa numa autêntica selva e da lei do mais forte. -----

---Dizer-lhe que, relativamente a esta questão, o Partido Socialista tem vindo a resolver este problema e continuará a satisfação desta questão para os portugueses e em particular para os famalicenses. -----

---Relativamente ao financiamento do PRR, que em nada tem a ver com o governo, que é daquilo que se afere da sua intervenção, dizer-lhe que Portugal é o País da Europa com mais verba alocada do PRR nesta questão da habitação. -----

---Dizer-lhe também que nesta legislatura estão previstos cerca de três mil milhões de euros para esta questão de habitação pública. O maior valor aplicado alguma vez em democracia para solucionar a questão da habitação pública. -----

---Dizer-lhe, também, que o Senhor enalteceu e muito bem, na sua opinião e do seu Grupo Municipal, o papel do município na candidatura a estes projetos, a estes apoios, citando até bajulações e supostas bajulações das relações de algumas entidades e algumas pessoas.

---Olhe, vocês que tanto gostam de comparações, vou comparar o caso concreto de Famalicão com um caso concreto do município de Guimarães, que precisamente aos mesmos programas, com os mesmos apoios e com os mesmos mecanismos à sua disposição, lançou uma oferta pública de aquisição não de setenta e nove habitações, como fez hoje o nosso município, mas de cento e setenta e duas. -----

---O município, que ao contrário dos cerca de dez milhões e quinhentos mil euros que o município de Famalicão conseguiu arrecadar nesta questão, com os mesmos meios, com os mesmos mecanismos, conseguiu arrecadar vinte e dois milhões cinquenta mil euros cento e cinquenta euros.-----

---De facto, é motivo para concluir: uns trabalham melhor do que outros.-----

---Respondendo ao Senhor Armindo Gomes, com total respeito e apreço que tenho pelo Senhor, deixe-me dizer-lhe: o Senhor não percebe nada daquilo que foi feito por este governo, e não percebe nada do Programa Mais Habitação que foi recentemente lançado pelo governo Socialista.-----

---E o governo teve a particularidade de criar um documento chamado “Mais Habitação, Perguntas e Respostas”. E numa das perguntas e numa das respostas que é verdade, eu no final posso disponibilizar isto ao Senhor, que diz o seguinte: “Não estando ocupada permanentemente, as segundas habitações (casas de férias), as casas de emigrantes ou de pessoas deslocadas por razões de saúde e razões profissionais ou formativas, podem ser arrendadas de forma coerciva?-----

---O governo responde: “Não. O mesmo se diga, por exemplo, de casas cujos proprietários estão num equipamento social como um lar ou estão a prestar cuidados permanentes como cuidador informal.”-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado Luís Miranda, a principal responsabilidade de colmatar as dificuldades de acesso à habitação em primeira instância da Administração Central. E se há governo tem prometido muito e feito muito pouco, é o governo Dr. António Costa, é o governo do Partido Socialista. -----

---Nos últimos sete anos tivemos direito a quatro documentos estratégicos. Foi as Nova Geração de Políticas de Habitação, seguiu-se a Lei de Bases da Habitação, depois o Programa Nacional de Habitação e há poucos dias atrás mais um quarto Programa chamado Mais Habitação. Casas? Essas é que nunca saíram do papel. Só com uma das

medidas, que era o Fundo de Requalificação supostamente deveriam ter sido construídas sete mil e quinhentas casas de arrendamento acessível. Quantas é que foram construídas nesse Programa? Zero, Senhor Deputado! Zero! Isto em sete anos.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, eu respondo-lhe com outra questão. No tempo em que os Senhores foram governo, o que é que fizeram pela Habitação Pública?-----

---Quantas habitações construíram?-----

---Quantas habitações os Senhores colocaram como habitação pública?-----

---E mais questionam. Que problema grave vocês geraram tendo sido os principais responsáveis por uma fase negra do nosso país que se registou à data o maior número de despejos e o maior número de situações de indignidade habitacional no seio de grande parte das famílias portuguesas e em particular em Famalicão.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado Luís Miranda, com o país na banca rota por força de um governo do Partido Socialista de José Sócrates... Senhor Deputado, não se ria... não se ria, e sabe porquê? Porque a vossa vergonha agora vai ser maior. É que, não obstante, o país está na penúria.-----

---O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana nos últimos quatro anos, comparativamente com os sete, investiu três vezes mais.-----

---O mercado de arrendamento teve a maior dinamização de sempre dos últimos vinte e cinco anos. Isso aconteceu exatamente quando nós alteramos a NRAU. Agora, quando os Senhores congelaram, ou melhor dizendo, quando protelaram o congelamento de rendas, quando proibiram os despejos, quando os senhores incluíram a renovação automática de contratos, de facto o mercado caiu porque caiu a confiança dos senhorios.-----

---Hoje o mercado de arrendamento não existe porque não existe confiança. E não existe confiança por força das políticas públicas do Partido Socialista e, já agora, com o aplauso do Partido Comunista.”-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO EDITAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICITAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, QUE SE APENSA, E CUJO CONTEÚDO AQUI SE DÁ POR INTEGRALMENTE REPRODUZIDO, PARA AQUISIÇÃO DE 9 FOGOS JÁ EDIFICADOS E 70 FOGOS A EDIFICAR OU EM EDIFICAÇÃO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO CHEGA E DA CDU.-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 451/1986, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, COM A ÁREA TOTAL DE 2.050,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA AVENIDA DOUTOR NUNO ÁLVARES PEREIRA, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 20, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO 750, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS E DESCRITA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O NÚMERO 90/ESMERIZ. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Passamos então aos pontos entre quatro e oito. A discussão é conjunta. Refere-se a desafetações de parcelas de terreno. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNIICPAL** - Uma breve referência. São propostas habituais nesta Assembleia. Pretende-se com isto desafetar terrenos do domínio público para o domínio privado por forma a que estejam disponíveis para se poderem desenvolver um conjunto de realidades distintas, desde a construção da Câmara Municipal, por exemplo, da habitação que nós estivemos a falar há pouco, como é sabido também exige que os terrenos estejam em domínio privado. E, portanto, é o que estamos a fazer, é encetar, digamos, mais um conjunto de terrenos para que eles passem para o domínio privado. -----

---**PAULO PINTO (PS)** - Antes de mais, permita-me uma nota prévia. Eu vou ajudar V. Exa. na condução dos trabalhos. Ajudar, salvo seja, na minha modéstia opinião.-----

---Eu acho que é dever e direito de qualquer Deputado Municipal fazer tudo que esteja ao seu alcance para dignificar esta Assembleia Municipal e os seus eleitos. -----

---Entendo nas últimas Assembleias tem havido nalguns casos um excesso de um enquadramento nalgumas matérias, em especial no ponto um da ordem de trabalhos. Não me refiro ao último ponto que foi discutido. Acho que há deputados que fazem intervenções excessivas e várias. Eu podia falar aqui da lua para chegar a este tipo de desafetação. No entanto, acho que tudo tem o seu lugar e o seu sítio, e temos todos que contribuir para dignificar esta Assembleia para e fazendo tudo que esteja ao nosso alcance para isso.-----

---Senhor Presidente da Câmara, o Partido Socialista nesta matéria vai manter o seu sentido de voto como tem sido hábito, vai-se abster. No entanto, gostaria de mais uma vez, e já não é a primeira vez que o faço neste púlpito, reforçar o apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para que as verbas resultantes destas vendas revertam realmente

para as freguesias. Temos nos pareceres que nos são colocados. Uma junta de Freguesia que dá um parecer negativo, e que nas suas alocações/justificações deixa claramente implícito que falta cumprir da parte da Câmara essa questão. Temos outra que dá um voto favorável, um parecer favorável, mas diz lá claramente que espera que as verbas revertam para a freguesia, e exige que V. Exa. cumpra aquela palavra já disse nesta Assembleia: que realmente as verbas revertam para a freguesia de forma explícita e não camuflada noutras verbas que muitas das vezes são feitas. -----

---Senhor Presidente, é uma pelo que eu faço mais uma vez, e não é em meu nome, é em nome das freguesias que assim o merecem e assim o solicitam. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Na coerência da nossa posição, não será surpresa para ninguém a posição da CDU sobre este assunto e que tantas vezes tem sido debatido nas sessões da Assembleia Municipal. -----

---Também no seguimento dessa coerência, relativamente, à proposta de desafetação da parcela de terreno de 23,00m² de terreno na Freguesia de Castelões não vemos obstáculo em votá-la favoravelmente, considerando que se trata de uma micro parcela com pouco ou nenhuma possibilidade de interesse para a população de Castelões. -----

---Contrariamente ao que acontece com as restantes parcelas de terreno aqui em discussão, os quais vão merecer o nosso voto contra. -----

---Acrescentamos ainda, que é evidente que a sociedade hoje debate-se com problemas diversos do ponto de vista de espaço construído e espaço natural. As populações, muito concretamente, as crianças estão muito desligadas do mundo natural, refletindo-se na diminuição das suas competências essencialmente motoras. Nós hoje assistimos a problemas muito sérios de obesidade, de inatividade física, sedentarismo e sedentarismo infantil. Estão a criar-se doenças complexas quer físicas, quer mentais. Há um decréscimo enorme nas últimas décadas do ponto de vista do comportamento lúdico, da brincadeira ao ar livre e um aumento muito pronunciado de atividades sedentárias, que se manifestam

em problemas de ansiedade, depressão, excesso de peso, diabetes, doenças respiratórias, cardíacas. -----

---E como é que pode a política pública inverter esta tendência? -----

---Pode e deve fazê-lo, pensando em cidades saudáveis, com uma forte aposta na preservação e intervenção dos espaços verdes ao serviço da população. -----

---Assim, e até considerando a regularidade com que esta Câmara entrega os espaços verdes para utilização privada, o Grupo Municipal da CDU questiona este município sobre a percentagem atual de espaços verdes existentes no nosso concelho. Mas também, a perspetiva futura da percentagem de venda desses mesmo espaços. -----

---Já aqui manifestamos, e hoje voltamos a dizê-lo, temos profundas reservas na forma precipitada como este executivo “despacha” terrenos do município, e aparentemente, sem qualquer perspetiva futura para intervenções de interesse das populações neste domínio. Seria importante que os executivos do poder local deixassem de se arvorar em meros agentes imobiliários, e assumissem de uma vez por todas as responsabilidades que teimam em não cumprir! -----

---**PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS (DUARTE VEIGA)** - Quando falamos deste assunto, é de trazer aqui à discussão que quando estamos aqui a falar e a discutir o vender vinte e três metros, o vender quinhentos metros, o vender dois mil metros, também é importante saber que o município recentemente adquiriu em Novais dezassete mil setecentos e setenta e cinco metros quadrados para por à disposição da população, à disposição do concelho. -----

---Eu acho que isto é relevante vocês perguntarem se a Câmara também tem adquirido para por à disposição das pessoas. E não é estes vinte metros ou quinhentos metros que vão fazer a diferença nas comunidades. Não é isso! Porque ninguém vai fazer um parque com vinte e três metros ou quinhentos metros quadrados. Ninguém vai fazer. Pronto,

então vai ter que se vender. E depois, investir esse dinheiro? Sim, em terrenos que sirvam efetivamente a população. Aqui é o caso. -----

---Eu não podia estar ali sentado a ouvir estas coisas, que já não é a primeira vez que debatemos estes assuntos, e vocês não perguntam: -----

---Qual foi a dimensão dos terrenos que a Câmara Municipal adquiriu para pôr à disposição da população?-----

---Dezassete mil setecentos e setenta e cinco metros quadrados para a população de Novais. Alargamento do cemitério, criação de um parque de estacionamento, criação de um parque de lazer, que estamos a trabalhar já no projeto. -----

---E agradeço aqui publicamente ao município por ter aceite o desafio quando pusemos em cima da mesa e termos ido para o terreno para desenvolver este projeto.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Sim, também só mais uma nota complementar.-----

---Eu disse há pouco que estes terrenos podem não ser para vender. Portanto, nós estamos a analisá-los para podermos cumprir aquilo que também disse numa das propostas anteriores relativa à habitação que, porventura, poderão, se assim tiverem a geometria e as condições para poder ser desenvolvido, a construção de habitação no âmbito do primeiro direito. -----

---Nós também iremos usar e para os podermos usar, têm que passar para o domínio privado do município. E aqui também foi referido, e mais duas notas, uma delas são os terrenos que a Câmara Municipal adquire. Só nos últimos, que eu me lembre assim de repente, dois anos, compramos terrenos no Louro, mais recentemente em Mouquim, em Novais, em S. Miguel-o-Anjo e em Bairro, mais recentemente. Compramos muitos hectares de terreno. Muito mais que aquilo que porventura se vende. Mas muito mais! Até podemos trazer as contas um dia destes, já agora, que é muito importante estes estudos comparativos, e assim iremos fazer. -----

---Por outro lado, não há nem eu quero nem admito que hajam freguesias sem espaços verdes, nomeadamente parques. E, portanto, as que tem, que são muitas, felizmente. Ainda, agora, Vilarinho que também vai começar a obra do parque de Vilarinho, mas temos muitas outras para começar, desde Nine e outras freguesias que não me lembra assim de repente, ou Mouquim por exemplo, ou Novais que aqui foi também referido, Delães, também. Portanto, temos muitos parques para desenvolver a somar aos muitos que já existem. -----

---E, portanto, aqui não é uma questão, é uma falácia falasse e abusar esses argumentos de que duzentos ou trezentos metros quadrados vem resolver os problemas das comunidades sob o ponto de vista do espaço verde. Muito mal estaríamos nós se assim fosse. -----

---Nós queremos espaços condicentes proporcionais às necessidades de um povo e de um território como Famalicão. E não são estes pequenos espaços que vão fazer cumprir aquilo que nós queremos e, por isso, nós estamos compradores para que tal objetivo se alcance num futuro próximo. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Este assunto tinha ficado perfeitamente fechado com as explicações que o Senhor Presidente deu, mas já agora porque é falado muitas vezes de rigor, eu acho que é tempo de também nós, nas discussões que temos nesta Assembleia, tentarmos ter o máximo de rigor. -----

---Relativamente à parcela de vinte e três metros, julgo que não há dúvida nenhuma. Na realidade é uma parcela que não interessa e que pode ser perfeitamente alienada no futuro. Embora não é disso que estamos a falar agora. O que estamos a falar, é passarmos do domínio privado para o domínio público. -----

---A parcela de quarenta e três é uma parcela em L , que tem três metros de largura e calculem pelo comprimento que não medi, mas pelo comprimento é uma parcela que em

termos de geometria não dá para nada. Está entre dois lotes ou três lotes e, por isso, não tem qualquer interesse público. -----

---Depois, há aqui uma parcela de quinhentos e noventa e cinco metros, que eu lembrava à CDU, que é para a ampliação do cemitério. Não é para habitação, mas é habitação permanente. Por isso, eu acho que é devido e que é importante, também, olhar-se para os cemitérios e para as necessidades das freguesias também nesta área. Por isso, está mais que justificado estes quinhentos e noventa e cinco metros. Julgo que a CDU está de acordo comigo. -----

---Relativamente às outras duas parcelas, o Senhor Presidente já disse o que tinha a dizer, que são exatamente para cumprir o plano que o Senhor Presidente lançou de habitação neste concelho para autoconstrução ou para outros fins, mas no âmbito da habitação. ----

---Por isso, Senhores Deputados, é com este rigor que se deve analisar estes assuntos porque só assim é que estamos a tratar do bem-estar das populações famalicenses.-----

---**RICARDO VALE (PS)** - Senhor Presidente, gosto da ideia de procederem a uma análise da possibilidade de construção da habitação. Gosto honestamente dessa ideia. Sugeria o seguinte: que essa análise fosse efetuada antes da apresentação da proposta da alteração do domínio, para que, quando se abordasse o tema da alteração já se soubesse de forma explícita que o destino seria a habitação pública para uns e a eventual venda para outros.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** - Senhores Deputados, vamos votar. Eu ia fazer uma questão, mas penso que a CDU já respondeu, que era: se alguém votava diferentemente. E presumo que a CDU disse que sim. Por isso, temos que votar ponto a ponto. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO**

E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 451/1986, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS, COM A ÁREA TOTAL DE 2.050,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA AVENIDA DOUTOR NUNO ÁLVARES PEREIRA, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 20, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO 750, DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS E DESCRITA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O NÚMERO 90/ESMERIZ, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO CONTRA DA CDU. -----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 33/2022, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, COM A ÁREA DE 424,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA RUA BELO HORIZONTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (SÃO COSME), TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 6, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2526, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO

E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 33/2022, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, COM A ÁREA DE 424,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO, SITA NA RUA BELO HORIZONTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE (SÃO COSME), TELHADO E PORTELA, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 6, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P2526, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE SÃO COSME, TELHADO E PORTELA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO CONTRA DA CDU.-----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 362/1984, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, COM A ÁREA DE 23,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PADRE FONSECA E CASTRO, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 25, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1235, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE CASTELÕES. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO

E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 362/1984, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, COM A ÁREA DE 23,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PADRE FONSECA E CASTRO, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 25, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1235, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE CASTELÕES, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS. -----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 12/2005, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA E SEZURES, COM A ÁREA DE 595,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PROFESSORA JUDITE MORAIS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 53, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1844, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO

E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 12/2005, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA E SEZURES, COM A ÁREA DE 595,00 METROS QUADRADOS, SITA NA RUA PROFESSORA JUDITE MORAIS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 53, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1844, PROVISORIAMENTE, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ARNOSO (SANTA MARIA E SANTA EULÁLIA) E SEZURES, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO CONTRA DA CDU.-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 478/1987, DA FREGUESIA DE LOURO, COM A ÁREA DE 143,00 METROS QUADRADOS, SITA NA AVENIDA SANTA LUCRÉCIA, DA FREGUESIA DE LOURO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 12, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1594, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE LOURO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. ----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DECORRENTE DA

ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 478/1987, DA FREGUESIA DE LOURO, COM A ÁREA DE 143,00 METROS QUADRADOS, SITA NA AVENIDA SANTA LUCRÉCIA, DA FREGUESIA DE LOURO, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 12, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P1594, PROVISORIAMENTE, DA FREGUESIA DE LOURO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E OS VOTOS CONTRA DA CDU E DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE LOURO, MANUEL SILVA. -----

---NONO PONTO - APRECIÇÃO E DISCUSSÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES INDIVIDUAIS OU COLETIVOS, DOS DIVERSOS REPRESENTANTES ELEITOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JUNTO DAS DIVERSAS ENTIDADES DE NATUREZA DELIBERATIVA, CONSULTIVA OU DE ACOMPANHAMENTO: -----

-CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE) DE FAMALICÃO, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - CIM DO AVE, COMISSÃO MUNICIPAL DE SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE V. N. DE FAMALICÃO, CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL, CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Antes de mais, cabe-me aqui avisar que está para vossa consulta as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023, que foi remetido às Assembleias Municipais, relativamente à Associação de Municípios do Vale do Ave. Eu tinha que o fazer e fi-lo agora. Não tem nada a ver com este ponto. -----

---Passo agora a palavra aos membros que queiram usar a palavra, relativamente aos órgãos que fizeram parte. -----

---CARMEN ARAÚJO (CDS) - Eu estou como representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no plenário da Comissão alargada. Foi apresentado Relatório, o Senhor Presidente apresentou o Relatório. -----

---Assim, uma breve súmula:-----

---As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são entidades autónomas, com funcionamento próprio. Aqui é a prevenção dos maus tratos a crianças e a jovens. -----

---Relativamente ao Plano, movimentaram durante o ano de 2023, houve 770 processos que foram instaurados, sendo que destes 774, para ser rigorosa, ou seja, finalizou o ano com 330. Ou seja, muitos foram arquivados liminarmente - não havia matéria para manter o processo- outros foram remetidos a outras CPCJ's, outros para o Serviço do Ministério Público. E, realmente, o movimento que passou de 2022 para 2023 são 330 processos. -

---Claro que as Comissões aplicam medidas de promoção e proteção. A medida mais aplicada foi: apoio junto a outro familiar, neste caso, a famílias monoparentais -femininas e masculinas, mas maioritariamente femininas. Estas medidas são para evitar que estas crianças saiam do meio natural de vida. Isto também é conseguido porque, efetivamente, não se retira crianças por razões financeiras. -----

---As políticas sociais da Câmara entrosam-se. Um exemplo disso, é o apoio á renda, tarifas de água em termos sociais e também apoio que a própria Segurança Social e as próprias Comissões podem solicitar, que no total do ano de 2022 foi atribuído cerca de

trinta mil euros. É uma pequena prestação que é dada ao final do mês, não é em todos os processos. Aquilo é avaliado mediante as dificuldades e aquilo que se quer realmente pôr a termo. -----

---Houve efetivamente algumas crianças que tiveram de sair do meio natural de vida e serem institucionalizadas, isto são situações mais gravosas.-----

---Relativamente ao Relatório, também dar ênfase que as entidades que mais sinalizam são as forças policiais e os estabelecimentos de ensino, que também é normal isso acontecer, porque lá está, a criança frequenta diariamente a escola e se não é num dia é no outro que determinado profissional ou ator, ou agente educativo se apercebe. Realmente, depois como são as forças policiais a sinalizar as problemáticas verificadas é a violência doméstica e a exposição a comportamentos desviantes. Isto quer dizer que não é a criança propriamente por vezes que é vítima do mau trato, quer dizer, indiretamente está a sempre ou físico, mas está exposta a estes comportamentos. É um grupo de pessoas que trabalham estes processos, não tem propriamente horários. Por vezes tem que fazer visitas domiciliárias às 21 horas, porque é aí que se vê também como é que o agregado funciona.-----

---E relativamente ao Relatório, é mais ao menos isto que consta. Claro que depois há outra vertente que é no Plenário mais alargado que há atividades mais de prevenção e sensibilização. -----

---Nós estamos a chegar ao mês de abril, que é o mês Internacional da Prevenção dos Maus Tratos do laço azul, que tem a ver com uma avó que perdeu dois filhos por maus tratos e que colocou um laço na antena do carro. Realmente vai haver também iniciativas disso, uma delas é a iniciativa Stop, levada a cabo pela GNR em que veste crianças de farda, e elas próprias vão falar às pessoas desta questão dos maus tratos na infância.----

---De uma forma geral é mesmo isso que finalizo, dizendo que realmente a equipa faz um grande trabalho, um importante trabalho e que é demonstrado no Relatório que apresentaram. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA) - Há pouco transmiti, relativamente a este Relatório, porque tal como este os outros estão todos para consulta, caso alguns dos Senhores Deputados queira consultar. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DE BAIRRO (RUI ALVES) - Enquanto representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses dizer só em relação ao Relatório que após o Congresso eletivo que tivemos em que foi eleita a Presidente, pela primeira vez uma mulher, Presidente da Câmara de Matosinhos, Luísa Salgueiro. -----

---Posto isso, também nessa eleição, tivemos a eleição do Presidente da Câmara no Conselho Geral. E em relação ao Congresso, sobre as eleições é um bocado isto que vos queria transmitir. -----

---Dizer-vos, também, que no aspeto do Congresso saiu aqui três ou quatro eixos que todas as autarquias focaram e que realmente está reportado no Relatório, nomeadamente são vários os temas que trazemos cá. São temas que também debatemos constantemente aqui na nossa Assembleia Municipal. Ele tem a ver com a dita descentralização central, num dos eixos, o outro é aquele que já vimos aqui a falar nesta própria Assembleia do PRR, e o outro que foi menos falado, mas que também tem um enquadramento que é o 2030. E, após estes três eixos, se calhar, também colocaria aqui a neutralidade carbónica, que também é algo que cada vez mais vem preocupar os municípios. E, por isso, foi dos temas mais realçados. -----

---Percebemos que no âmbito do PRR os municípios, também alguns deles, estão a trabalhar muito nesta questão da habitação. Esse é um problema que realmente agora ficou mais agudizado com estas questões dos financiamentos bancários, mas também com

a quantidade de imigrantes que nos têm chegado força das nossas necessidades para desenvolver os nossos trabalhos. E dizer-vos, também, que isto é transversal a todos os quadrantes políticos e dos municípios, até porque todas as listas foram listas únicas, foram listas concertadas com todos os autarcas.-----

---Basicamente era isto que vos queria transmitir daquilo que aconteceu.-----

---É um trabalho que também tem sido desenvolvido através da presidente. Acho que uma mulher tem sempre alguma força para pedir porque, nomeadamente, na questão da descentralização... tem alguma força, até porque sabemos que na descentralização uma das grandes queixas dos municípios, não só dos sociais democratas, mas é também transversal a todos eles, que o envelope financeiro para essa descentralização é curto, não chega. E essa descentralização está pensada em que realmente possa ter um efeito na população de melhoria. É isso que procuramos com a descentralização. Não é uma questão de termos mais ou menos poder. É que realmente o maior poder que as autarquias tenham é que isto chegue à comunidade e às pessoas. É isso que queremos. É que se não for com menos, com o mesmo dinheiro possamos fazer mais pelas populações. E é isso que está em causa e, por isso, é que os municípios estão todos a reclamar que realmente o envelope financeiro é curto. Já tivemos essa discussão aqui várias vezes na Assembleia, e ela é transversal a todos os partidos. E, por isso, queria deixar-vos aqui esta nota. ----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** - Eu fui Deputado da CIM do Ave, como sabem é um órgão constituído por oito municípios, e no ano de 2022 reuniu em três sessões. De uma maneira geral, o debate na Assembleia da CIM do Ave foi sempre em ambiente de grande respeito, com debates sérios e comprometidos com o território. -----

---Dentro dos debates que houveram, realço o debate sobre os transportes públicos. Foi sempre um tema muito transversal e muito importante porque a mobilidade está... e a habitação são dois temas muito importantes, e então foi sempre a questão do transporte público e com esta interação entre municípios, foi sempre um tema em cima da mesa.--

Assembleia Municipal

---À parte da participação das Assembleias, os Deputados do PSD também tiveram convite por parte dos Deputados do Município de Cabeceiras de Basto, em que fizemos uma visita ao concelho, onde nos deram a conhecer o seu território. Foi um ato informal, mas que foi bom. Contribuiu seriamente para termos um conhecimento mais abrangente de todo o território e as assimetrias que há entre os vários municípios. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não houve inscrições do público.-----

-----***APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.***-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**-----

-----**A SECRETÁRIA**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA;-----

---Um Voto de Louvor apresentado pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Ruivães e Novais, Duarte Veiga; -----

---Um voto de Solidariedade apresentado pelo Grupo Municipal do PSD; -----

---Um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD;-----

---Um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD;-----

---Um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS;-----

